

Termo de Referência 6/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2024	158366-INST.FED.DO R.G.DO NORTE /CAMPUS CURRAIS NOVOS	SHEILA ONAILINA GONCALVES DE LIMA PESSOA	19/03/2024 12:39 (v 2.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		23035.000074.2024-20

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1.Contratação de serviços continuados de manutenção predial e copa e cozinha para atender as necessidades do IFRN Campus Currais Novos a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	NÚMERO DE POSTOS MENSAL	QUANT. TOTAL DE POSTOS	VALOR DO POSTO	VALOR TOTAL
	1	Prestação do serviço de eletricista para o IFRN Campus Currais Novos, em regime de 44 horas semanais. CBO: 9511-05	14354	posto	01	24	R\$ 6.528,47	R\$ 156.683,28
	2	Prestação do serviço de pedreiro para o IFRN Campus Currais Novos, em regime de 44 horas semanais. CBO: 7152-10	22160	posto	02	48	R\$ 5.113,84	R\$ 245.464,32
	3	Prestação do serviço de auxiliar de pedreiro para o IFRN Campus Currais Novos, em regime de 44 horas semanais. CBO: 7170-20	25631	posto	02	48	R\$ 3.693,71	R\$ 177.298,08
	4	Prestação do serviço de porteiro para o IFRN Campus Currais Novos, em regime de 44 horas semanais. CBO: 5174-10	8729	posto	03	72	R\$ 3.920,70	R\$ 282.290,40

1	5	Prestação do serviço de auxiliar de manutenção geral para o IFRN Campus Currais Novos, em regime de 44 horas semanais. CBO: 5143-10	25631	posto	04	96	R\$ 5.044,56	R\$ 484.277,76
	6	Prestação do serviço de operador de máquinas para o IFRN Campus Currais Novos, em regime de 44 horas semanais. CBO: 8621-50	18783	posto	01	24	R\$ 4.214,87	R\$ 101.156,88
	7	Prestação do serviço de auxiliar de cozinha para o IFRN Campus Currais Novos, em regime de 44 horas semanais. CBO: 5135-05	25631	posto	03	72	R\$ 4.461,58	R\$ 321.233,76
	8	Prestação do serviço de cozinheiro para o IFRN Campus Currais Novos, em regime de 44 horas semanais. CBO: 5132-05	19399	posto	01	24	R\$ 4.987,90	R\$ 119.709,60
	9	Prestação do serviço de armazenista para o IFRN Campus Currais Novos, em regime de 44 horas semanais. CBO: 4141-10	25631	posto	02	24	R\$ 3.920,70	R\$ 188.193,60
VALOR TOTAL ESTIMADO								R\$ 2.076.307,68

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro meses) contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua interrupção pode comprometer a eficiência do atendimento das demandas da instituição, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando os seguintes pontos a seguir:

Permite que os licitantes disponham de maior prazo para amortizar seus investimentos iniciais, o que faz, em tese, com que se sintam mais atraídas pela disputa;

- Reduz os procedimentos com renovação contratual e com novas licitações. De acordo com a Nota Técnica nº 1081/2017/CGPLAG/DG/SFC (SEI! 0924113) divulgada pela AGU, o custo médio de uma nova contratação é de 10% (dez por cento) do valor estimado.;

- Diminui os custos com férias, pois nos contratos com vigência de 12 (doze) meses, o custo de férias compõe o custo do posto e seu pagamento é indenizado na rescisão do empregado, pois ao longo dos 12 (doze) meses de relação de trabalho, o empregado adquire o direito ao gozo de férias, porém, com a rescisão, as mesmas deverão ser indenizadas na rescisão. De modo distinto, para contratos firmados com duração superior a 12 meses, faz-se a exclusão do custo "Férias" do Módulo 2.1 da planilha, pois ao final do período aquisitivo de férias (de 12 meses), o empregado

gozará o direito a férias no 2º ano da relação de trabalho e o custo das férias indenizadas que ocorrer na rescisão, no caso no 24º mês, encontra-se previsto no Módulo 4 (Substituto na cobertura de férias), nos faturamentos dos meses 13 a 24, pois efetivamente, se finalizado o contrato no 24º mês, não será necessária a contratação de um substituto no ano seguinte, porque o residente do posto não sairá em férias e, portanto, o custo contabilizado no Módulo 4 da planilha no 2º ano é revertido para as férias indenizadas.

•Impacto social no que tange aos trabalhadores terceirizados, pois os mesmos teriam direito a férias, um descanso que muitos deles não usufruem com frequência devido as constantes trocas de empresas que acontece por não renovação contratual nos órgãos públicos.

1.5. Em caso de divergência entre a descrição dos itens e o descrito no CATSER, deve prevalecer a descrição detalhada dos itens do Termo de Referência.

1.6. A contratação não será exclusiva para ME e EPP, pois o valor do grupo supera os R\$ 80.000,00 e nas licitações onde a disputa é em grupos, cada grupo colocado em disputa corresponde a um item da contratação. Sendo assim, o licitante interessado deverá formular a proposta para a contratação do grupo na sua integralidade. Tal entendimento tem por base o Art. 9º, inciso I, do Decreto nº 8.538/2015.

1.7. O eletricitista, os pedreiros, os auxiliares de pedreiro e os auxiliares de manutenção geral trabalharão deverão trabalhar o total de 8 horas diárias, de segunda a sexta e 4 horas no sábado. A necessidade de serviço no sábado ocorre em função de que existem algumas demandas que precisam ser realizadas em momentos em que os estudantes não estão na instituição, para não atrapalhar o bom andamento das aulas.

1.8. Os cargos de cozinheiro, porteiro, armazenista, auxiliar de cozinha e operador de máquina, são atividades primariamente realizadas de segunda a sexta-feira, podendo haver a necessidade de trabalho em sábados letivos. Em razão das demandas é necessário que seja realizada uma escala semanal que contemple jornadas diárias de 9 horas de trabalho de segunda a quinta combinada com jornada de 8 horas na sexta, perfazendo um total de 44 horas semanais de segunda a sexta. A empresa a ser contratada deverá firmar com os empregados acordo individual, conforme previsto no art. 59, §6º, da CLT em conjunto com a Súmula nº 85 do TST, para garantir a distribuição da carga horária conforme necessidade da instituição.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. *A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:*

I) ID PCA no PNCP: **10877412000168-0-000010/2024;**

II) Data de publicação no PNCP: **19/05/2023;**

III) Id do item no PCA: **459, 460, 462, 465, 471 e 472;**

IV) Classe/Grupo: **851;**

V) Identificador da Futura Contratação: **158366-90014/2023;**

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os postos de trabalho deverão ser enquadrados na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 5173-30), referente a categoria profissional de vigilante com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

4.2. Os postos de trabalho deverão ser ocupados por profissionais com aptidão comprovada, devendo atender aos requisitos básicos e realizar as atribuições da atividade conforme detalhamento a seguir:

CARGO	ATRIBUIÇÕES	CBO
Eletricista	Instalar e efetuar manutenção de instalação elétrica em geral, de acordo com esquemas específicos e com as necessidades de cada caso. Efetuar manutenção da rede telefônica, instalando e consertando aparelhos para garantir o perfeito funcionamento dos mesmos. Testar as instalações executadas, fazendo-as funcionar em situações reais, para comprovar a exatidão dos trabalhos. Auxiliar na instalação de transformadores e disjuntores, obedecendo às normas e esquemas específicos para o perfeito funcionamento dos mesmos. Anotar os materiais a serem utilizados nos diversos serviços, encaminhando os itens faltantes para providências de compra, de forma a evitar atrasos e interrupções nos serviços. Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos próprios, quando da execução dos serviços. Transportar peças, materiais, ferramentas e o que mais for necessário à realização dos serviços. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos equipamentos, instrumentos, ferramentas e materiais peculiares ao trabalho, bem como dos locais. Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade.	9511-05
Pedreiro	Executar demolições de alvenarias e peças estruturais, bem como retirar o entulho proveniente dessa demolição, abrir e re-aterar valas, cortar alvenaria e piso, limpar a obra. Dosar e executar a mistura de cimento, areia, pedra e água, para obter argamassas. Controlar o nível e o prumo das obras em geral. Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos próprios para a execução dos serviços. Executar tratamento e descarte de resíduos de materiais do local de trabalho. Zelar pela guarda, manutenção, conservação e limpeza das ferramentas e materiais, bem como dos locais de trabalho. Executar pequenas alvenarias/revestimentos, contra pisos, passeios e fixar batentes de madeira com argamassa (após a instalação do batente no local pelo carpinteiro). Executar tarefas relacionadas à manutenção preventivo-corretiva, reformar obras novas, como: paredes e alvenaria, revestimentos argamassa dos (chapisco, emboço e reboco), revestimentos cerâmicos (azulejos), preparação e concretagem de estruturas e fundições de concreto armado, contra pisos, regularizações de pisos para impermeabilização de lajes, pisos cerâmicos, vinílicos e cimentados, caixas de inspeção em alvenaria, muros de arrimo, etc. Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade.	7152-10
	O ajudante tem a função básica de auxiliar pedreiros, carpinteiros, armadores, eletricistas, dentre outros, na execução dos serviços de manutenção, realizando tarefas como: Separar	

Auxiliar de pedreiro	ferramentas. Selecionar material. Carregar material. Preparar a massa (cimento + areia + água). Organizar o local de trabalho. Montagem de andaimes. Lavar ferramentas. Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade.	7170-20
Porteiro	Atender o público interno e externo; direcionar e orientar o público, obedecendo às normas internas do local de trabalho; controlar a entrada e a saída de pessoas (empregados e visitantes); controlar a entrada e a saída de veículos, de materiais, de equipamentos e de chaves; operar equipamentos de comunicação (rádio, telefone, etc.) e de segurança (alarme, câmeras de vídeo, etc.); digitar relatórios, quando o setor for informatizado; elaborar relatório diário de ocorrência em livro próprio de maneira clara e objetiva; acionar as autoridades policiais quando necessário; zelar pela ordem e disciplina do seu local de trabalho; garantir a segurança patrimonial; receber, discriminar, protocolar e distribuir correspondências, documentos, pequenos volumes e encomendas; prevenir a ocorrência de incêndios; receber e transmitir recados, registrando as informações; zelar pela conservação e limpeza de equipamentos usados em seu trabalho; executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço	5174-10
Auxiliar de manutenção geral	Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes equipamentos. conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam de piscinas. trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente	5143-10
Operador de máquinas	Opera diversos tipos de máquinas estacionárias e equipamentos afins, como motores, compressores, bombas e instalações de refrigeração, de ventilação, de incineração e similares, manipulando e controlando seu funcionamento, para fazer operar ferramentas e máquinas de produção, e para transportar, tratar ou eliminar substâncias diversas; controlar a temperatura ou umidade de ambiente e instalações, efetua o abastecimento e a regulação da máquina, manipulando os dispositivos de controle, para dispô-la para as operações previstas; aciona a máquina, manipulando seus comandos e dos equipamentos auxiliares, para efetuar as operações requeridas; controla o funcionamento da máquina, observando os instrumentos de controle, como termômetros e manômetros para assegurar o melhor rendimento possível; efetua a manutenção e pequenos reparos da máquina, lubrificando partes móveis, ajustando peças e consertando ou substituindo partes defeituosas, para conservá-la em bom estado de funcionamento	8621-50
Auxiliar de cozinha	Auxiliar nas diversas tarefas relacionadas com atividades do refeitório, tais como: Auxiliar no preparo das refeições, sobremesas, lanches, etc.; Manter a ordem e a limpeza da cozinha, procedendo a coleta e a lavagem das bandejas, talheres, etc.; Auxiliar no serviço de copeiragem em geral e na montagem dos balcões térmicos; Realizar serviço de limpeza nas dependências em geral do refeitório e cozinhas; Auxiliar na seleção de verduras, carnes, peixes e cereais para preparação do alimento; Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.	5135-05
Cozinheiro	Organizar e supervisionar serviços de cozinha do refeitório, planejar cardápios e elaborar o pré-preparo, e a finalização de alimentos, observando métodos de cocção e padrões de qualidade.	5132-05
Armazenista	Recebem, conferem e armazenam produtos e materiais em almoxarifados, armazéns, silos e depósitos. fazem os lançamentos da movimentação de entradas e saídas e controlam os estoques. distribuem produtos e materiais a serem expedidos. Organizam o almoxarifado para facilitar a movimentação dos itens armazenados e a armazenar.	4141-10

4.3. Os serviços deverão ser executados com a utilização de técnicas e rotinas adequadas, e em estrita concordância e obediência às normas vigentes, em especial os normativos do Ministério do Trabalho.

4.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.5. Ficam assegurados aos empregados da contratada, o recebimento do piso salarial apontado em convenção coletiva vigente para a localidade e apresentada quando da entrega da proposta.

Sustentabilidade

4.6. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e na Instrução Normativa nº 01/2010-MPOG:

4.6.1. Para a prestação do serviço deverão ser adotados critérios socioambientais fundamentados na Instrução Normativa/ MPOG nº 01/10, que prevê:

- a. Utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- b. Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- c. Observância da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- d. Fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;
- e. Realização de programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- f. Separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006; e
- g. Respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

4.6.2 Em conformidade com o Guia de Contratações Sustentáveis da AGU, a CONTRATADA deverá observar a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, alterada pela RDC 52/2014, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitárias estaduais e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis.

4.6.3 Devem ser considerados para a sustentabilidade também as seguintes orientações:

- Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado pela contratada na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
- Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 – Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 – Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

4.6.4 Algumas práticas que podem otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, são descritas a seguir, dentre outras:

- a) Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
- b) Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- d) Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

4.6.5 Considerando possíveis danos ao solo, atmosfera e lençóis freáticos, não são permitidas, à contratada, as seguintes formas de destinação e utilização de resíduos sólidos:

- a) Lançamento "in natura" a céu aberto;
- b) Deposição inadequada no solo;
- c) Queima a céu aberto;
- d) Deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;
- e) Lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados;
- f) Infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão de controle ambiental estadual competente;
- g) Utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente; e
- h) Utilização para alimentação humana.

4.6.6 A contratada deverá acondicionar os resíduos sólidos para coleta de forma adequada, cabendo-lhe observar as normas municipais que estabelecem as regras para a seleção e acondicionamento dos resíduos no próprio local de origem, e que indiquem os locais de entrega e coleta.

4.6.7 Os resíduos perigosos que, por suas características, exijam ou possam exigir sistemas especiais para acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento ou destinação final, de forma a evitar danos ao meio ambiente e à saúde pública, deverão receber tratamento diferenciado durante as operações de segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final.

Subcontratação

4.7. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual

Garantia da contratação

4.8. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) conforme cláusulas do contrato.

4.9 Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.10. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato

4.11. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.12. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **07:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00** horas.

4.13. A vistoria poderá ser agendada pelo telefone (84) 4005-4103 Ramal (5412) ou pelos e-mails **diad.cn@ifrn.edu.br e cosgem.cn@ifrn.edu.br**

4.14. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.15. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria

4.16. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.17. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. *Início da execução do objeto: a execução será iniciada após a assinatura do respectivo contrato a ser firmado entre o IFRN e o licitante vencedor do certame, em data pré-estabelecida no instrumento contratual*

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1 Os serviços de manutenção predial e de copa e cozinha serão prestados nas dependências internas do IFRN/Campus Currais Novos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento;

5.1.2.2 A empresa deverá fornecer os materiais constantes na relação de materiais, anexo do Termo de Referência, devendo substituir os mesmos quando não estiverem mais em condições de uso, em até 24 (vinte e quatro) horas;

5.1.2.3 Os materiais a serem entregues terão seus valores diluídos na composição do preço dos serviços de mão de obra para cada categoria;

5.1.2.4 Não serão aceitos insumos que não estejam acondicionados em embalagem original do fabricante, devendo esta, também, não estar inviolada;

5.1.2.5 Os materiais deverão ser entregues, de acordo com sua periodicidade, até o 10º (décimo) dia útil do mês de execução dos serviços, sendo que nos casos de insumo com entrega anual, os materiais deverão ser disponibilizados no 1º (primeiro) dia de vigência do contrato;

5.1.2.6 Os equipamentos requisitados para realização dos serviços permanecerão sobre a responsabilidade da empresa e utilizados em regime de COMODATO, não devendo desta forma compor a planilha de custos.

5.1.2.7 A Contratada deverá orientar seus empregados quando à prevenção de incêndios e observar a conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando-se a correta execução dos serviços;

5.1.2.8 Caberá ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE – CAMPUS CURRAIS NOVOS decidir sobre a substituição de quaisquer equipamentos, materiais, utensílios e ferramentas, considerados ineficientes ou obsoletos, ou, que causem prejuízos aos serviços executados;

5.1.2.9 A Contratada deverá substituir toda e qualquer ausência, por qualquer motivo, de seus empregados alocados, por outro profissional que atenda aos requisitos exigidos, no prazo máximo de 02 (duas) horas, após o início da respectiva jornada, de forma a se evitar o decréscimo no quantitativo profissional disponibilizado para a prestação dos serviços. No caso de ausência de um profissional, sem reposição, será descontado do faturamento mensal o valor correspondente ao número de horas não atendidas, sem prejuízo das demais sanções legais e contratuais;

5.1.2.10 A contratada deverá incluir na proposta os valores referentes ao adicional de insalubridade, com percentual de 20% sob o salário mínimo, para os cargos de auxiliar de manutenção predial e operador de máquinas fixas, e ao adicional de periculosidade, com percentual de 30% sob o salário base, para o cargo de eletricitista.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. *Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rua Manoel Lopes Filho, nº 773, Currais Novos /RN, CEP 59380-000;*

5.3. *Os horários de início e término da jornada de trabalho, respeitadas as leis trabalhistas, será definido pela Administração do Campus Currais Novos e não poderá ultrapassar às 22hs, admitindo-se a flexibilização da execução da atividade ao longo do horário de expediente*

Rotinas a serem cumpridas

5.4. *A execução contratual observará as rotinas abaixo:*

5.4.1 Os serviços somente serão iniciados após a assinatura do contrato e a empresa deverá dispor de toda a mão de obra para a execução deles, bem como deverá já ter apresentado a garantia quando do início da execução contratual;

5.4.2 A empresa deverá fornecer os materiais constantes na relação de materiais, anexo do Termo de Referência, devendo substituir os mesmos quando não estiverem mais em condições de uso, em até 24 (vinte e quatro) horas;

5.4.3 Os materiais deverão ser entregues, de acordo com sua periodicidade, até o 10º (décimo) dia útil do mês de execução dos serviços, sendo que nos casos de insumo com entrega anual, os materiais deverão ser disponibilizados no 1º (primeiro) dia de vigência do contrato;

5.4.4 A Contratada deverá orientar seus empregados quando à prevenção de incêndios e observar a conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando-se a correta execução dos serviços;

5.4.5 Caberá ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE – CAMPUS CURRAIS NOVOS decidir sobre a substituição de quaisquer equipamentos,

materiais, utensílios e ferramentas, considerados ineficientes ou obsoletos, ou, que causem prejuízos aos serviços executados;

5.4.6 A Contratada deverá substituir toda e qualquer ausência, por qualquer motivo, de seus empregados alocados, por outro profissional que atenda aos requisitos exigidos, no prazo máximo de 02 (duas) horas, após o início da respectiva jornada, de forma a se evitar o decréscimo no quantitativo profissional disponibilizado para a prestação dos serviços. No caso de ausência de um profissional, sem reposição, será descontado do faturamento mensal o valor correspondente ao número de horas não atendidas, sem prejuízo das demais sanções legais e contratuais;

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades descritas no anexo IV, promovendo sua substituição quando necessário

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. Os materiais a serem entregues terão seus valores diluídos na composição do preço dos serviços de mão de obra para cada categoria;

5.6.2. Os equipamentos requisitados para realização dos serviços permanecerão sobre a responsabilidade da empresa e utilizados em regime de COMODATO, não devendo desta forma compor a planilha de custos;

5.6.3. A contratada deverá incluir na proposta os valores referentes ao adicional de insalubridade, com percentual de 20% sob o salário-mínimo, para os cargos de auxiliar de manutenção predial e operador de máquinas fixas, e ao adicional de periculosidade, com percentual de 30% sob o salário base, para o cargo de eletricista.;

5.7. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021) O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

5.8. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.8.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

ELETRICISTA	
Descrição	Quant.
Calça comprida de brim, tipo jeans,	02
Camisa em brim com mangas longas, bolsos frontais com tampa fechada	02
Bota de segurança para eletricista dielétrico	01

Meia de algodão 1 (um) par.	02
PEDREIRO	
Descrição	Quant.
Calça comprida de brim, tipo jeans	02
Camisa de malha manga longa, 100% algodão	02
Calçado de segurança em couro	02
Meia de algodão 1 (um) par.	02
SERVENTE DE PEDREIRO	
Descrição	Quant.
Calça comprida de brim, tipo jeans	02
Camisa de malha manga longa, 100% algodão	02
Calçado de segurança em couro	02
Meia de algodão 1 (um) par.	02
PORTEIRO	
Descrição	Quant.
Calça social de Oxford	02
Camisa em tricoline	02
Par de sapato social preto	02
Meia de algodão 1 (um) par.	02

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO GERAL	
Descrição	Quant.
Calça comprida de brim, tipo jeans	02
Camisa de malha manga longa, 100% algodão	02
Calçado de segurança em couro	02
Meia de algodão 1 (um) par.	02
OPERADOR DE MÁQUINAS	
Descrição	Quant.
Calça comprida de brim, tipo jeans	02
Camisa manga longa de malha manga longa, 100% algodão	02
Bota em PVC cano longo na cor branca, indicada para utilização em indústria de alimentos.	02
Meia de algodão 1 (um) par.	02
AUXILIAR DE COZINHA	
Descrição	Quant.
Calça comprida Oxford na cor preta	02
Camisa em tricoline, na cor branca	02
Calçado de segurança em couro	02
Meia de algodão (par).	02

MERENDEIRA	
Descrição	Quant.
Calça comprida Oxford na cor preta	02
Camisa em tricoline, na cor branca	02
Calçado de segurança em couro	02
Meia de algodão (par).	02
ARMAZENISTA	
Descrição	Quant.
Calça comprida Oxford na cor preta	02
Camisa em tricoline, na cor branca	02
Sapato social preto.	02
Meia de algodão (par).	02

5.8.1.1 A contratada deverá fornecer 02 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação

5.8.2 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os parâmetros estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM;

5.8.3 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.8.4 A CONTRATADA deverá submeter amostra do uniforme em até 5 (cinco) dias contados do início da vigência do contrato, para aprovação por parte da Contratante, do modelo, cor e qualidade do tecido, estando resguardada ao IFRN o direito de exigir a substituição daqueles julgados inadequados, tendo a CONTRATADA a obrigatoriedade de apresentar nova amostra em 3 (três) dias subsequente ao da reprovação;

5.8.5 A CONTRATADA deverá providenciar para que os profissionais se apresentem no local de prestação dos serviços trajando uniforme completo, no início da execução do contrato, fornecidos às expensas da empresa. Os uniformes deverão ser entregues com todos os ajustes necessários, de acordo com as medidas de cada empregado;

5.8.6 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8.1 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O preposto deverá ser indicado mediante declaração, serão informados o nome completo, número de CPF e documento de identidade. Deverá existir também um canal de comunicação imediato (telefone ou e-mail) para o caso de precisar sanar dúvidas urgentes e imprescindíveis. As tratativas deverão ser sempre por escrito, dando preferência para o meio eletrônico e ofícios.

6.8. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de pelo menos 01 (uma) vez na semana (horário da execução dos serviços ou sistema de escala semanal ou mensal), para garantir a boa execução do contrato.

6.9. A exigência do preposto justifica-se pela necessidade de solucionar problemas concernentes a execução dos serviços contratados, dirimindo dúvidas dos seus empregados e também do órgão contratante em tempo hábil, realizar o repasse das atividades programadas para a semana, acompanhar os serviços prestados pelos colaboradores, bem como o cumprimento da obrigatoriedade de uso dos EPI's. Ademais, evita situações de ingerência.

6.10. CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

6.11. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.11.1. São atribuições do preposto, dentre outras:

- Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados, nas dependências da Contratante;
- O Preposto indicado pela empresa contratada deverá manter fiscalização rotineira dos seus empregados nos locais da prestação de serviço, para que se garanta o cumprimento integral do objeto contratado, bem como das demais obrigações definidas neste Termo de Referência e no Contrato celebrado, no que couber;
- Acompanhar e fiscalizar os trabalhos realizados pelos empregados da Contratada;
- Promover o controle da assiduidade e pontualidade dos empregados da Contratada;
- Zelar pela segurança, limpeza e conservação dos equipamentos e instalações da Contratante à disposição dos empregados da Contratada;
- Cumprir e fazer cumprir todas as determinações, instruções e orientações emanadas das autoridades da Contratante e da Fiscalização do Contrato;
- Elaborar, acompanhar e controlar escalas de férias, evitando situações de prejuízo aos serviços contratados;
- Reportar-se à Fiscalização do Contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços;
- Relatar à Fiscalização do Contrato, pronta e imediatamente, toda e qualquer irregularidade observada;
- Realizar, além das atividades e tarefas que lhe forem atribuídas, quaisquer outras que julgar necessárias, pertinentes ou inerentes à boa prestação dos serviços contratados.
- Encaminhar à Fiscalização do Contrato todas as Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados;
- Esclarecer quaisquer questões relacionadas às Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados, sempre que solicitado;
- Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da Contratada, respondendo perante o órgão por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles.
- Cumprir e fazer cumprir todas as obrigações de responsabilidade da contratada e aquelas que extrapolem sua autoridade deverão imediatamente serem levadas ao conhecimento à Diretoria da Empresa, para o fiel cumprimento do contrato, independente da ação da fiscalização da Contratante

Rotinas de Fiscalização

6.12. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.13. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.14. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.15. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.16. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.17. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.18. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.19. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.20. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.21. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.22. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.23. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.24. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.25. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.26. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.27. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021. (IN05/17 - art. 62)

6.28. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN05/2017)

6.29. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.30. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.31. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.32. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos

aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.33. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.34. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.35. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.35.1 No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.35.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.35.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.35.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.35.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.35.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

6.35.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.35.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

6.35.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.35.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.35.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.35.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

6.35.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.35.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.35.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

6.35.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.35.1. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.35.1.5. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.35.1.6. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.35.1.7. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.35.1.8. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.35.2 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.33.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.35.3 A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.33.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.35.4 A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.35.5 O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.35.6 Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.35.7 Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item..

6.35.8 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.35.9 Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.35.10 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.35.11 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

6.35.12 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.35.13 A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.35.14 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.35.15 Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.35.16 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.35.17 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

6.35.18 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.35.19 A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.35.20 A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.35.21 A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.35.22 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

Gestor do Contrato

6.36. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.37. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.38. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.39. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.40. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.41. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.42. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1 não produzir os resultados acordados,

7.2.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1 Pagamento dos salários, benefícios e outros encargos trabalhistas dentro do prazo legal;

7.4.2 Pagamento do auxílio-transporte dentro do prazo legal;

7.4.3 Pagamento do auxílio Alimentação dentro do prazo legal.

7.4.4 Fornecimento de insumos dentro do prazo legal;

7.4.5 Cumprimento das obrigações contratuais relativas à Saúde e Segurança no Trabalho – SST;

7.4.6 Cumprimento de outras obrigações contratuais

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.10.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.17.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, 32º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.23.1 o prazo de validade;

7.23.2 a data da emissão;

7.23.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.23.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.23.5 o valor a pagar; e

7.23.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.37. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.38. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.39. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.40. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.41. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.42. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Conta-Depósito Vinculada ou Pagamento por Fato Gerador

Conta-Depósito Vinculada

7.43. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.44. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.45. O futuro contratado deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.46. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.47. O contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7.48. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.48.1 13º (décimo terceiro) salário;

7.48.2 Férias e um terço constitucional de férias;

7.48.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

7.48.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.48.5 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES /MP n. 5/2017.

7.49. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.50. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.51. O contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.52. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.53. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.54. O contratado deverá apresentar ao contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.55. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será Empreitada por Preço Global pois a quantidade dos serviços a serem executados pode ser definida previamente com boa margem de precisão.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

- 8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.22.1 índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.22.2 capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

8.22.3 patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

8.22.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.22.5 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.22.6 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.23. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo II deste termo de referência de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e /ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

8.23.1 a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

8.23.2 caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.26. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.26.1 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

8.27. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.28. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.28.1 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 01 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

8.28.2 Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

8.28.1 As categorias profissionais que serão empregadas no serviço estão enquadradas dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) conforme detalhado a seguir:

- 8.28.1.1. Eletricista (CBO 9511-05)
- 8.28.1.2. Pedreiro (CBO 7152-10)
- 8.28.1.3. Auxiliar de Pedreiro (CBO 7170-20)
- 8.28.1.4. Porteiro (CBO 5174-10)
- 8.28.1.5. Auxiliar de manutenção geral (CBO 5143-10)
- 8.28.1.6. Operador de máquinas (CBO 8621-50)
- 8.28.1.7. Auxiliar de cozinha (CBO 5135-05)
- 8.28.1.8. Merendeiro (CBO 5132-05)
- 8.28.1.9. Armazenista (CBO 4141-10)

8.29. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

8.30. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.31. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.32. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.33. Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato. SUPRESSÃO

8.34. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.35. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

8.36. Apresentar profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

8.36.1 Para o Operador de Máquinas fixas: Ensino Médio completo e conhecimento abrangente das máquinas e equipamentos específicos a serem operados, tais como: pausteurizador, tachos, prensa pneumática e fermentadeira. É essencial ter um bom conhecimento de máquinas e equipamentos, compreendendo suas diferentes funções, componentes, controles, procedimentos de operação e manutenção básica. Conhecimentos em normas de segurança e procedimentos de qualidade. Além disso, habilidades técnicas, atenção aos detalhes e capacidade de seguir instruções precisas são fundamentais para o desempenho eficaz das funções como operador de máquinas;

8.36.2 Para o eletricista: formação – Ensino Médio completo, qualificação profissional em eletricista e complementar em NR 10. Conhecimentos técnicos abrangentes, incluindo: Instalações elétricas. Realização de manutenções corretivas e preventivas em quadros de força, comandos elétricos e equipamentos de energia. Realização de troca e regulagens de peças. Execução de testes de qualidade para verificação de funcionamento dos sistemas. Realização

de inspeção nas instalações. Realizar testes de qualidade para verificação de funcionamento dos sistemas. Compreensão das normas regulamentadoras e suas determinações de segurança.

8.37. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.38. Deve a licitante apresentar relação de compromissos assumidos que importem em diminuição de pessoal técnico.

8.39. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

8.40. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.076.307,68

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.076.307,68 (dois milhões, setenta e seis mil, trezentos e sete reais e sessenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na planilha de custo em anexo.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

9.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.3.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.3.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.3.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: **158366**;

II) Fonte de Recursos: **1000000000;**

III) Programa de Trabalho: **MA.20RL.231796.3;**

IV) Elemento de Despesa: **339037;**

V) Plano Interno: **PI L20RLP01IEN;**

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SHEILA ONAILINA GONCALVES DE LIMA PESSOA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 19/03/2024 às 12:39:44.

LIDIANE APARECIDA DA SILVA

Membro da comissão de contratação

JOSE JECKSON FELIX XAVIER

Membro da comissão de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - IMR.pdf (187.8 KB)
- Anexo II - ANEXO II e III.docx (16.03 KB)
- Anexo III - ANEXO IV - Planilha de Custo CN.pdf (1.29 MB)

Anexo I - ANEXO I - IMR.pdf

ANEXO I
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

1. DEFINIÇÃO

1.1. Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

1.2. Este instrumento de medição de resultado deverá ser aplicado, mensalmente, apenas após o cálculo do valor do serviço de acordo com o cenário observado no respectivo mês. Vale lembrar que o valor do serviço no cenário 2 dependerá dos insumos cujo fornecimento foi comprovado pela contratada e atestado pela contratante.

2. INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO

2.1. Os serviços da CONTRATADA serão avaliados por meio de 6 atividades (indicadores mínimos de desempenho):

2.1.1. Pagamento de salários, benefícios e outros encargos trabalhistas dentro do prazo legal

2.1.2. Pagamento de auxílio-transporte dentro do prazo legal

2.1.3. Pagamento de auxílio-alimentação dentro do prazo legal

2.1.4. Fornecimento de insumos dentro do prazo

2.1.5. Cumprimento de obrigações contratuais relativas à saúde e segurança no trabalho - SST

2.1.6. Cumprimento de outras obrigações contratuais

2.2. Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo.

2.2.1. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

2.2.2. A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.

2.3. As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.

Indicador 1 – Pagamento de salários dentro do prazo legal	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir uma boa execução contratual no tocante ao cumprimento da legislação quanto ao pagamento de salários no prazo legal.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência, ou seja, todos os salários pagos no prazo legal durante o mês a que se refere a medição.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrência
Forma de acompanhamento	Pessoal. O acompanhamento será feito pelo fiscal do contrato através de livro de registros.
Periodicidade	Por evento, com aferição mensal do total de ocorrências.

Mecanismo de cálculo do fator de ajuste no pagamento	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência. Por exemplo, o não pagamento do salário de um ou mais funcionários dentro do prazo corresponde a 1 ocorrência por dia útil de atraso.
Início da vigência	A partir do terceiro mês da prestação do serviço.
Pontuação para cálculo do fator de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 25 pontos 1 ocorrência = 20 pontos 2 ocorrências = 15 pontos 3 ocorrências = 10 pontos 4 ocorrências = 5 pontos Mais de 4 ocorrências = 0 pontos
Sanções	O descumprimento das obrigações contratuais relacionadas ao pagamento de salários no prazo legal estará sujeito a aplicação das sanções contidas no Art. 156 da Nova Lei de Licitações e Contratos.
Observações	De acordo com a CLT, o pagamento “deverá ser efetuado, o mais tardar, até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido” (art. 459, § 1º do Decreto-Lei 5.452/1943).

Indicador 2 – Pagamento de auxílio-transporte dentro do prazo legal	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir uma boa execução contratual no tocante ao cumprimento da legislação quanto ao pagamento de auxílio-transporte no prazo legal.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência, ou seja, todos os funcionários recebendo o auxílio-transporte no prazo legal durante o mês a que se refere a medição.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrência
Forma de acompanhamento	Pessoal. O acompanhamento será feito pelo fiscal do contrato através de livro de registros.
Periodicidade	Por evento, com aferição mensal do total de ocorrências.
Mecanismo de cálculo do fator de ajuste no pagamento	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência. Por exemplo, o não pagamento do auxílio-transporte de um ou mais funcionários dentro do prazo corresponde a 1 ocorrência por dia útil de atraso.
Início da vigência	A partir do terceiro mês da prestação do serviço.
Pontuação para cálculo do fator de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 10 pontos 1 ocorrência = 8 pontos 2 ocorrências = 6 pontos 3 ocorrências = 4 pontos 4 ocorrências = 2 pontos Mais de 4 ocorrências = 0 pontos
Sanções	O descumprimento das obrigações contratuais no tocante ao cumprimento da legislação quanto ao pagamento de auxílio-transporte no prazo legal estará sujeito a aplicação das sanções contidas no Art. 156 da Nova Lei de Licitações e Contratos.
Observações	De acordo com o Decreto nº 95.247/1987, “o Vale-Transporte constitui benefício que o empregador antecipará ao trabalhador para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência trabalho e vice-versa”. Em outras palavras, o empregado paga ao empregado de forma antecipada o valor necessário ao deslocamento deste.

Indicador 3 – Pagamento de auxílio-alimentação dentro do prazo legal	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir uma boa execução contratual no tocante ao cumprimento da legislação quanto ao pagamento de auxílio-alimentação no prazo legal.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência, ou seja, todos os funcionários recebendo o auxílio-transporte no prazo legal durante o mês a que se refere a medição.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrência

Forma de acompanhamento	Pessoal. O acompanhamento será feito pelo fiscal do contrato através de livro de registros.
Periodicidade	Por evento, com aferição mensal do total de ocorrências.
Mecanismo de cálculo do fator de ajuste no pagamento	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência. Por exemplo, o não pagamento do auxílio-alimentação de um ou mais funcionários dentro do prazo corresponde a 1 ocorrência por dia útil de atraso.
Início da vigência	A partir do terceiro mês da prestação do serviço.
Pontuação para cálculo do fator de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 10 pontos 1 ocorrência = 8 pontos 2 ocorrências = 6 pontos 3 ocorrências = 4 pontos 4 ocorrências = 2 pontos Mais de 4 ocorrências = 0 pontos
Sanções	O descumprimento das obrigações contratuais no tocante ao cumprimento da legislação quanto ao pagamento de auxílio-alimentação no prazo legal estará sujeito a aplicação das sanções contidas no Art. 156 da Nova Lei de Licitações e Contratos.
Observações	Devem ser observadas as categorias que fazem jus ao benefício e o prazo estabelecido nas convenções coletivas de trabalho, mencionadas no item 10 do Termo de Referência, ou em outras que vierem a substituí-las. Nos casos em que a convenção coletiva de trabalho não especifique o prazo limite para pagamento do auxílio alimentação, este deverá ser pago até o último dia útil do mês.

Indicador 4 – Fornecimento de insumos dentro do prazo	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir uma boa execução contratual no tocante ao fornecimento de insumos dentro do prazo.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência, ou seja, todos os insumos fornecidos dentro do prazo durante o mês a que se refere a medição.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrência
Forma de acompanhamento	Pessoal. O acompanhamento será feito pelo fiscal do contrato através de livro de registros.
Periodicidade	Por evento (solicitação) com aferição mensal do total de ocorrências.
Mecanismo de cálculo do fator de ajuste no pagamento	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência. Por exemplo, o não fornecimento de insumo(s) dentro do prazo (incluindo eventual prorrogação autorizada pela Fiscalização do contrato, conforme item 9 do Termo de Referência), corresponde a 1 ocorrência/solicitação. Após este prazo, será acrescida de mais 1 ocorrência/solicitação e por dia útil de atraso.
Início da vigência	A partir do terceiro mês da prestação do serviço.
Pontuação para cálculo do fator de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 25 pontos 1 ocorrência = 20 pontos 2 ocorrências = 15 pontos 3 ocorrências = 10 pontos 4 ocorrências = 5 pontos Mais de 4 ocorrências = 0 pontos
Sanções	O descumprimento das obrigações contratuais relacionadas ao fornecimento de insumos estará sujeito a aplicação das sanções contidas no Art. 156 da Nova Lei de Licitações e Contratos.
Observações	-

Indicador 5 – Cumprimento de obrigações contratuais relativas à saúde e segurança no trabalho - SST	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir uma boa execução contratual no tocante ao atendimento às obrigações contratuais relacionadas à saúde e segurança do trabalho.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência, ou seja, todas as obrigações relativas à SST cumpridas durante o mês a que se refere a medição, o que equivale a 10 pontos.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrência
Forma de acompanhamento	Pessoal. O acompanhamento será feito pelo fiscal do contrato através de livro de registros.
Periodicidade	Semanal, com aferição mensal do total de ocorrências.
Mecanismo de cálculo do fator de ajuste no pagamento	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência. Por exemplo, o não cumprimento de uma determinada obrigação contratual corresponde a 1 ocorrência/item descumprido e, após o prazo para solução, admitida a prorrogação deste pela Fiscalização do contrato, será acrescida de mais 1 ocorrência/item descumprido e por dia útil de atraso na solução.
Início da vigência	A partir do terceiro mês da prestação do serviço.
Pontuação para cálculo do fator de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 10 pontos 1 ocorrência = 8 pontos 2 ocorrências = 6 pontos 3 ocorrências = 4 pontos 4 ocorrências = 2 pontos Mais de 4 ocorrências = 0 pontos
Sanções	O descumprimento das obrigações contratuais relacionadas à saúde e segurança do trabalho estará sujeito a aplicação das sanções contidas no Art. 156 da Nova Lei de Licitações e Contratos.
Observações	-
Indicador 6 – Cumprimento de outras obrigações contratuais	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir uma boa execução contratual no tocante ao cumprimento, por parte da Contratada, das demais obrigações contratuais.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência, ou seja, todas as demais obrigações contratuais cumpridas.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrência
Forma de acompanhamento	Pessoal. O acompanhamento será feito pelo fiscal do contrato através de livro de registros.
Periodicidade	Por evento, com aferição mensal do total de ocorrências.
Mecanismo de cálculo do fator de ajuste no pagamento	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência. Por exemplo, o não cumprimento de uma determinada obrigação contratual corresponde a 1 ocorrência/item descumprido e, após o prazo para solução, admitida a prorrogação deste pela Fiscalização do contrato, será acrescida de mais 1 ocorrência/item descumprido e por dia útil de atraso na solução.
Início da vigência	A partir do terceiro mês da prestação do serviço.
Pontuação para cálculo do fator de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 20 pontos 1 ocorrência = 16 pontos 2 ocorrências = 12 pontos 3 ocorrências = 8 pontos 4 ocorrências = 4 pontos Mais de 4 ocorrências = 0 pontos
Sanções	O descumprimento das exigências do edital, bem como de infrações tipificadas no Art. 155 da Lei 14.133/2021 estará sujeito a aplicação das sanções contidas no Art. 156 da Nova Lei de Licitações e Contratos.

Observações	-
-------------	---

3. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

3.1. A partir do início da vigência do contrato, as pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

3.1.1. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo: Pontuação total do serviço = Pontos “Indicador 1” + Pontos “Indicador 2” + Pontos “Indicador 3” + Pontos “Indicador 4” + Pontos “Indicador 5” + Pontos “Indicador 6”.

3.2. A partir do terceiro mês de vigência do contrato, os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Faixas de pontuação total do serviço em todos os indicadores	Pagamento devido	Fator de ajuste do nível de serviço
De 90 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 80 a 89 pontos	98% do valor previsto	0,98
De 70 a 79 pontos	96% do valor previsto	0,96
De 60 a 69 pontos	94% do valor previsto	0,94
De 50 a 59 pontos	92% do valor previsto	0,92
De 40 a 49 pontos	90% do valor previsto	0,90
Abaixo de 40 pontos	90% do valor previsto e penalidade e/ou rescisão unilateral do contrato.	0,90

4. LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA A AVALIAÇÃO DE NÍVEL DOS SERVIÇOS

Nº Contrato				Mês/Ano de referência	
Contratada					
Indicador	Descrição	Pontuação para cálculo do fator de ajuste no pagamento	Quant. de ocorrências	Pontuação	
1	Pagamento de salários, benefícios e outros encargos trabalhistas dentro do prazo legal	Sem ocorrências = 25 pontos 1 ocorrência = 20 pontos 2 ocorrências = 15 pontos 3 ocorrências = 10 pontos 4 ocorrências = 5 pontos Mais de 4 ocorrências = 0 pontos			
2	Pagamento de auxílio-transporte dentro do prazo legal	Sem ocorrências = 10 pontos 1 ocorrência = 8 pontos 2 ocorrências = 6 pontos 3 ocorrências = 4 pontos 4 ocorrências = 2 pontos Mais de 4 ocorrências = 0 pontos			

3	Pagamento de auxílio-alimentação dentro do prazo legal	Sem ocorrências = 10 pontos 1 ocorrência = 8 pontos 2 ocorrências = 6 pontos 3 ocorrências = 4 pontos 4 ocorrências = 2 pontos Mais de 4 ocorrências = 0 pontos		
4	Fornecimento de insumos dentro do prazo	Sem ocorrências = 25 pontos 1 ocorrência = 20 pontos 2 ocorrências = 15 pontos 3 ocorrências = 10 pontos 4 ocorrências = 5 pontos Mais de 4 ocorrências = 0 pontos		
5	Cumprimento de obrigações contratuais relativas à saúde e segurança no trabalho -SST	Sem ocorrências = 10 pontos 1 ocorrência = 8 pontos 2 ocorrências = 6 pontos 3 ocorrências = 4 pontos 4 ocorrências = 2 pontos Mais de 5 ocorrências = 0 pontos		
6	Cumprimento de outras obrigações contratuais	Sem ocorrências = 20 pontos 1 ocorrência = 16 pontos 2 ocorrências = 12 pontos 3 ocorrências = 8 pontos 4 ocorrências = 4 pontos Mais de 5 ocorrências = 0 pontos		
Total				

Observações sobre as ocorrências verificadas no mês

[Devem ser descritas detalhadamente todas as ocorrências, uma vez que podem acarretar o desconto na nota fiscal. Por exemplo, a quantidade de empregados que receberam em atraso e a quantidade de dias de atraso, quais foram as obrigações descumpridas e se o respectivo prazo para solução foi cumprido etc.]

Faixas de pontuação total do serviço em todos os indicadores	Valor normal da parcela (A)	Fator de ajuste (B)	Valor a ser pago pela parcela (A x B)
De 90 a 100 pontos (Fator de ajuste = 1) De 80 a 89 pontos (Fator de ajuste = 0,98) De 70 a 79 pontos (Fator de ajuste = 0,96) De 60 a 69 pontos (Fator de ajuste = 0,94) De 50 a 59 pontos (Fator de ajuste = 0,92) De 40 a 49 pontos (Fator de ajuste = 0,90) Abaixo de 40 pontos (Fator de ajuste = 0,90) + (Penalidade)			

Anexo III - ANEXO IV - Planilha de Custo CN.pdf

QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Item	Profissional	Qntd de US por Posto	Valor Mensal do Posto (Média)	Meses	Total Anual (Média)
1	Eletricista	01	R\$ 6,528.47	24	R\$ 156,683.28
2	PEDREIRO	02	R\$ 5,113.84	24	R\$ 245,464.32
3	Auxiliar de pedreiro	02	R\$ 3,693.71	24	R\$ 177,298.08
4	Porteiro	03	R\$ 3,920.70	24	R\$ 282,290.40
5	Auxiliar de manutenção geral	04	R\$ 5,044.56	24	R\$ 484,277.76
6	Operador de máquinas	01	R\$ 4,214.87	24	R\$ 101,156.88
7	Auxiliar de Cozinha	03	R\$ 4,461.58	24	R\$ 321,233.76
8	COZINHEIRO	01	R\$ 4,987.90	24	R\$ 119,709.60
9	Armazenista	02	R\$ 3,920.70	24	R\$ 188,193.60
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS			86,512.82		
VALOR 24 MESES					R\$ 2,076,307.68

Categoria profissional: Eletricista

Discriminação dos Serviços		
A	Data de apresentação da proposta	-
B	Município	Currais Novos
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	RN000083/2024
D	Nº de meses de execução contratual	24

Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Recepção	Posto	2

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	limpeza
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	9511-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 2,184.27
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Eletricista
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1/1/2023

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		2184.27
B	Adicional Periculosidade	30.00%	655.28
C	Adicional Insalubridade	0.00%	0.00
D	Adicional Noturno	0.00%	0.00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		0.00
F	Outros (especificar)		0.00
TOTAL DO MÓDULO 1			2839.55

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8.33%	236.53
B	Adicional de Férias	3.03%	86.03
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		11.36%	322.56

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20.00%	632.42
B	Salário Educação	2.50%	79.05
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	3.00%	94.86
D	SESC ou SESI	1.50%	47.43
E	SENAI - SENAC	1.00%	31.62

BASE 2.2 R\$ 3,162.11

F	SEBRAE	0.60%	18.97
G	INCRA	0.20%	6.32
H	FGTS	8.00%	252.97
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36.80%	1163.65

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			VALOR (R\$)
A	Transporte		
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	-	0.00
C	benefício social familiar	-	15.00
D	Auxílio Saúde	-	128.35
E	Seguro de vida	-	0.79
F	Outros	-	0.00
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			144.14

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	322.56
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	1163.65
2.3	Benefícios Mensais e Diários	144.14
TOTAL DO MÓDULO 2		1630.35

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0.46%	16.37
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0.04%	1.16
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3.47%	109.73
D	Aviso Prévio Trabalhado	1.94%	74.00
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0.71%	17.90
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	0.53%	13.29
TOTAL DO MÓDULO 3		7.15%	232.44

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	8.33%	391.70
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0.82%	38.56
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0.08%	3.76
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0.27%	12.70
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0.07%	3.29
F	Substituto na cobertura de Outras Ausências (Ausência por doença)	1.66%	78.06
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		11.23%	528.07

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada		%	VALOR (R\$)
---	--	----------	--------------------

BASE 4 R\$ 4,702.34

A	Intervalo para Repouso ou Alimentação	0.00%	0.00
TOTAL SUBMÓDULO 4.2		0.00%	0.00

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		528.07
4.2	Substituto na Intrajornada		0.00
TOTAL DO MÓDULO 4			528.07

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes	-	49.97
B	Materiais e EPIS	-	112.89
C	Equipamentos	-	28.66
D	Outros (especificar	-	0.00
TOTAL DO MÓDULO 5		-	191.51

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	3%	162.65
B	Lucro	6.79%	379.19
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0.65%	42.44
C.2	COFINS	3.0%	195.85
C.3	ISS	5%	326.42
TOTAL DO MÓDULO 6			1106.55

a)	Tributos % = To = 8.65%	
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po = 5963.76	
c)	Po / (1 - To) = P1 = 6528.47	
	Valor dos Tributos = P1 - Po 564.71	

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	2839.55
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAS E DIÁRIOS	1630.35
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	232.44
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	528.07

E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	191.51
	Subtotal (A + B + C + D + E)	5421.92
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	1106.55
	PREÇO TOTAL POR EMPREGADO	6528.47

Obs 1: De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração "deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011"

Obs 2: Nas eventuais prorrogações do contrato, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.

Obs 3: os licitantes, quando tributados pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, dever cotar na planilha de custos e formação de preços as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições.

FATOR K 2.29912134

PREÇO MENSAL R\$ 4,918.77
PREÇO GLOBAL R\$ 236,100.96

Categoria profissional: Pedreiro

Discriminação dos Serviços		
A	Data de apresentação da proposta	-
B	Município	Currais Novos
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	RN000083/2024
D	Nº de meses de execução contratual	24

Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Recepção	Posto	2

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Pedreiro
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7152-10
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 2,184.27
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Pedreiro
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1/1/2023

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		2184.27
B	Adicional Periculosidade	0.00%	0.00
C	Adicional Insalubridade	0.00%	0.00
D	Adicional Noturno	0.00%	0.00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		0.00
F	Outros (especificar)		0.00
TOTAL DO MÓDULO 1			2184.27

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8.33%	181.94
B	Adicional de Férias	3.03%	66.18
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		11.36%	248.12

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20.00%	486.48
B	Salário Educação	2.50%	60.81
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	3.00%	72.97
D	SESC ou SESI	1.50%	36.49
E	SENAI - SENAC	1.00%	24.32

BASE 2.2 R\$ 2,432.39

F	SEBRAE	0.60%	14.59
G	INCRA	0.20%	4.86
H	FGTS	8.00%	194.59
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36.80%	895.11

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			VALOR (R\$)
A	Transporte		
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	-	0.00
C	benefício social familiar	-	15.00
D	Auxílio Saúde	-	128.35
E	Seguro de vida	-	0.79
F	Outros	-	0.00
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			144.14

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	248.12
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	895.11
2.3	Benefícios Mensais e Diários	144.14
TOTAL DO MÓDULO 2		1287.37

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0.46%	12.75
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0.04%	0.90
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3.47%	84.40
D	Aviso Prévio Trabalhado	1.94%	67.35
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0.71%	17.37
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	0.53%	12.89
TOTAL DO MÓDULO 3		7.15%	195.65

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	8.33%	305.49
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0.82%	30.07
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0.08%	2.93
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0.27%	9.90
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0.07%	2.57
F	Substituto na cobertura de Outras Ausências (Ausência por doença)	1.66%	60.88
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		11.23%	411.83

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada		%	VALOR (R\$)
---	--	----------	--------------------

BASE 4 R\$ 3,667.29

A	Intervalo para Repouso ou Alimentação	0.00%	0.00
TOTAL SUBMÓDULO 4.2		0.00%	0.00

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		411.83
4.2	Substituto na Intrajornada		0.00
TOTAL DO MÓDULO 4			411.83

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes	-	44.74
B	Materiais e EPIS	-	109.31
C	Equipamentos	-	13.91
D	Outros (especificar)	-	
TOTAL DO MÓDULO 5		-	167.95

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	3%	127.41
B	Lucro	6.79%	297.02
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0.65%	33.24
C.2	COFINS	3.0%	153.42
C.3	ISS	5%	255.69
TOTAL DO MÓDULO 6			866.77

a)	Tributos % = To =	8.65%
	100	
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po =	4671.50
c)	Po / (1 - To) = P1 =	5113.84
	Valor dos Tributos = P1 - Po	442.34

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	2184.27
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	1287.37
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	195.65
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	411.83

E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	167.95
	Subtotal (A + B + C + D + E)	4247.07
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	866.77
	PREÇO TOTAL POR EMPREGADO	5113.84

Obs 1: De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração "deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011"

Obs 2: Nas eventuais prorrogações do contrato, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.

Obs 3: os licitantes, quando tributados pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, dever cotar na planilha de custos e formação de preços as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições.

FATOR K 2.3412124

PREÇO MENSAL R\$ 4,918.77
PREÇO GLOBAL R\$ 236,100.96

Categoria profissional: Auxiliar de Pedreiro

Discriminação dos Serviços		
A	Data de apresentação da proposta	-
B	Município	Currais Novos
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	RN000083/2024
D	Nº de meses de execução contratual	24

Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Recepção	Posto	2

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Auxiliar de pedreiro
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7170-20
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1,470.16
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Auxiliar de pedreiro
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1/1/2023

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		1470.16
B	Adicional Periculosidade	0.00%	0.00
C	Adicional Insalubridade	0.00%	0.00
D	Adicional Noturno	0.00%	0.00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		0.00
F	Outros (especificar)		0.00
TOTAL DO MÓDULO 1			1470.16

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8.33%	122.46
B	Adicional de Férias	3.03%	44.54
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		11.36%	167.00

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20.00%	327.43
B	Salário Educação	2.50%	40.93
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	3.00%	49.11
D	SESC ou SESI	1.50%	24.56
E	SENAI - SENAC	1.00%	16.37

BASE 2.2 R\$ 1,637.16

F	SEBRAE	0.60%	9.82
G	INCRA	0.20%	3.27
H	FGTS	8.00%	130.97
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36.80%	602.47

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			VALOR (R\$)
A	Transporte	-	0.00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	-	181.64
C	benefício social familiar	-	15.00
D	Auxílio Saúde	-	128.35
E	Seguro de vida	-	0.79
F	Outros	-	0.00
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			325.78

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	167.00
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	602.47
2.3	Benefícios Mensais e Diários	325.78
TOTAL DO MÓDULO 2		1095.25

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0.46%	9.63
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0.04%	0.60
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3.47%	56.81
D	Aviso Prévio Trabalhado	1.94%	49.77
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0.71%	11.69
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	0.53%	8.68
TOTAL DO MÓDULO 3		7.15%	137.17

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	8.33%	225.12
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0.82%	22.16
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0.08%	2.16
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0.27%	7.30
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0.07%	1.89
F	Substituto na cobertura de Outras Ausências (Ausência por doença)	1.66%	44.86
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		11.23%	303.49

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada		%	VALOR (R\$)
---	--	----------	--------------------

BASE 4 R\$ 2,702.58

A	Intervalo para Repouso ou Alimentação	0.00%	0.00
TOTAL SUBMÓDULO 4.2		0.00%	0.00

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		303.49
4.2	Substituto na Intrajornada		0.00
TOTAL DO MÓDULO 4			303.49

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes	-	44.74
B	Materiais e EPIS	-	16.84
C	Equipamentos	-	
D	Outros (especificar	-	
TOTAL DO MÓDULO 5		-	61.58

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	3%	92.02
B	Lucro	6.79%	214.54
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0.65%	24.01
C.2	COFINS	3.0%	110.81
C.3	ISS	5%	184.69
TOTAL DO MÓDULO 6			626.06

a)	Tributos % = To = 8.65%	
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po = 3374.21	
c)	Po / (1 - To) = P1 = 3693.71	
	Valor dos Tributos = P1 - Po 319.50	

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	1470.16
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS	1095.25
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	137.17
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	303.49

E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	61.58
	Subtotal (A + B + C + D + E)	3067.65
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	626.06
	PREÇO TOTAL POR EMPREGADO	3693.71

Obs 1: De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração "deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011"

Obs 2: Nas eventuais prorrogações do contrato, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.

Obs 3: os licitantes, quando tributados pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, dever cotar na planilha de custos e formação de preços as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições.

FATOR K 2.51245443

PREÇO MENSAL R\$ 4,918.77
PREÇO GLOBAL R\$ 236,100.96

Categoria profissional: Porteiro

Discriminação dos Serviços		
A	Data de apresentação da proposta	-
B	Município	Currais Novos
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	RN000083/2024
D	Nº de meses de execução contratual	24

Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Recepção	Posto	2

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Portaria
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5174-10
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1,683.33
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Porteiro
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1/1/2023

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		1683.33
B	Adicional Periculosidade	0.00%	0.00
C	Adicional Insalubridade	0.00%	0.00
D	Adicional Noturno	0.00%	0.00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		0.00
F	Outros (especificar)		0.00
TOTAL DO MÓDULO 1			1683.33

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8.33%	140.22
B	Adicional de Férias	3.03%	51.00
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		11.36%	191.22

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20.00%	374.91
B	Salário Educação	2.50%	46.86
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	3.00%	56.24
D	SESC ou SESI	1.50%	28.12
E	SENAI - SENAC	1.00%	18.75

BASE 2.2 R\$ 1,874.55

F	SEBRAE	0.60%	11.25
G	INCRA	0.20%	3.75
H	FGTS	8.00%	149.96
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36.80%	689.83

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			VALOR (R\$)
A	Transporte		
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	-	0.00
C	benefício social familiar	-	15.00
D	Auxílio Saúde	-	128.35
E	Seguro de vida	-	0.79
F	Outros	-	0.00
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			144.14

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	191.22
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	689.83
2.3	Benefícios Mensais e Diários	144.14
TOTAL DO MÓDULO 2		1025.19

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0.46%	9.98
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0.04%	0.69
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3.47%	65.05
D	Aviso Prévio Trabalhado	1.94%	52.55
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0.71%	13.38
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	0.53%	9.94
TOTAL DO MÓDULO 3		7.15%	151.57

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	8.33%	238.25
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0.82%	23.45
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0.08%	2.29
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0.27%	7.72
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0.07%	2.00
F	Substituto na cobertura de Outras Ausências (Ausência por doença)	1.66%	47.48
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		11.23%	321.18

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada		%	VALOR (R\$)
---	--	----------	--------------------

BASE 4 R\$ 2,860.09

A	Intervalo para Repouso ou Alimentação	0.00%	0.00
TOTAL SUBMÓDULO 4.2		0.00%	0.00

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		321.18
4.2	Substituto na Intrajornada		0.00
TOTAL DO MÓDULO 4			321.18

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes	-	74.89
B	Materiais e EPIS	-	0.00
C	Equipamentos	-	
D	Outros (especificar	-	0.00
TOTAL DO MÓDULO 5		-	74.89

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	3%	97.68
B	Lucro	6.79%	227.72
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0.65%	25.48
C.2	COFINS	3.0%	117.62
C.3	ISS	5%	196.04
TOTAL DO MÓDULO 6			664.54

a)	Tributos % = To = 8.65%	
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po = 3581.56	
c)	Po / (1 - To) = P1 = 3920.70	
	Valor dos Tributos = P1 - Po 339.14	

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	1683.33
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	1025.19
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	151.57
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	321.18

E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	74.89
	Subtotal (A + B + C + D + E)	3256.16
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	664.54
	PREÇO TOTAL POR EMPREGADO	3920.70

Obs 1: De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração "deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011"

Obs 2: Nas eventuais prorrogações do contrato, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.

Obs 3: os licitantes, quando tributados pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, dever cotar na planilha de custos e formação de preços as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições.

FATOR K 2.32913333

PREÇO MENSAL R\$ 4,918.77
PREÇO GLOBAL R\$ 236,100.96

Categoria profissional: Armazenista

Discriminação dos Serviços		
A	Data de apresentação da proposta	-
B	Município	Currais Novos
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	RN000083/2024
D	Nº de meses de execução contratual	24

Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Recepção	Posto	2

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Armazenista
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	4141-10
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1,683.33
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Armazenista
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1/1/2023

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		1683.33
B	Adicional Periculosidade	0.00%	0.00
C	Adicional Insalubridade	0.00%	0.00
D	Adicional Noturno	0.00%	0.00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		0.00
F	Outros (especificar)		0.00
TOTAL DO MÓDULO 1			1683.33

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8.33%	140.22
B	Adicional de Férias	3.03%	51.00
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		11.36%	191.22

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20.00%	374.91
B	Salário Educação	2.50%	46.86
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	3.00%	56.24
D	SESC ou SESI	1.50%	28.12
E	SENAI - SENAC	1.00%	18.75

BASE 2.2 R\$ 1,874.55

F	SEBRAE	0.60%	11.25
G	INCRA	0.20%	3.75
H	FGTS	8.00%	149.96
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36.80%	689.83

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			VALOR (R\$)
A	Transporte		0.00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	-	0.00
C	benefício social familiar	-	15.00
D	Auxílio Saúde	-	128.35
E	Seguro de vida	-	0.79
F	Outros	-	0.00
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			144.14

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	191.22
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	689.83
2.3	Benefícios Mensais e Diários	144.14
TOTAL DO MÓDULO 2		1025.19

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0.46%	9.98
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0.04%	0.69
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3.47%	65.05
D	Aviso Prévio Trabalhado	1.94%	52.55
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0.71%	13.38
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	0.53%	9.94
TOTAL DO MÓDULO 3		7.15%	151.57

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	8.33%	238.25
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0.82%	23.45
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0.08%	2.29
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0.27%	7.72
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0.07%	2.00
F	Substituto na cobertura de Outras Ausências (Ausência por doença)	1.66%	47.48
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		11.23%	321.18

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada		%	VALOR (R\$)
---	--	----------	--------------------

BASE 4 R\$ 2,860.09

A	Intervalo para Repouso ou Alimentação	0.00%	0.00
TOTAL SUBMÓDULO 4.2		0.00%	0.00

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		321.18
4.2	Substituto na Intrajornada		0.00
TOTAL DO MÓDULO 4			321.18

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes	-	74.89
B	Materiais e EPIS	-	
C	Equipamentos	-	
D	Outros (especificar	-	0.00
TOTAL DO MÓDULO 5		-	74.89

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	3%	97.68
B	Lucro	6.79%	227.72
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0.65%	25.48
C.2	COFINS	3.0%	117.62
C.3	ISS	5%	196.04
TOTAL DO MÓDULO 6			664.54

a)	Tributos % = To = 8.65%	
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po = 3581.56	
c)	Po / (1 - To) = P1 = 3920.70	
	Valor dos Tributos = P1 - Po 339.14	

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	1683.33
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAS E DIÁRIOS	1025.19
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	151.57
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	321.18

E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	74.89
	Subtotal (A + B + C + D + E)	3256.16
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	664.54
	PREÇO TOTAL POR EMPREGADO	3920.70

Obs 1: De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração "deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011"

Obs 2: Nas eventuais prorrogações do contrato, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.

Obs 3: os licitantes, quando tributados pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, dever cotar na planilha de custos e formação de preços as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições.

FATOR K 2.32913333

PREÇO MENSAL R\$ 4,918.77
PREÇO GLOBAL R\$ 236,100.96

Categoria profissional: Auxiliar de manutenção geral

Discriminação dos Serviços		
A	Data de apresentação da proposta	-
B	Município	Currais Novos
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	RN000083/2024
D	Nº de meses de execução contratual	24

Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Recepção	Posto	2

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	manutenção
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5143-10
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1,470.16
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	DIÁRIO DE MANUTENÇÃO EM GERAL
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1/1/2023

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		1470.16
B	Adicional Periculosidade	0.00%	0.00
C	Adicional Insalubridade	20.00%	294.03
D	Adicional Noturno	0.00%	0.00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		0.00
F	Outros (especificar)		0.00
TOTAL DO MÓDULO 1			1764.19

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8.33%	146.95
B	Adicional de Férias	3.03%	53.45
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		11.36%	200.40

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20.00%	392.92
B	Salário Educação	2.50%	49.11
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	3.00%	58.94
D	SESC ou SESI	1.50%	29.47
E	SENAI - SENAC	1.00%	19.65

BASE 2.2 R\$ 1,964.59

F	SEBRAE	0.60%	11.79
G	INCRA	0.20%	3.93
H	FGTS	8.00%	157.17
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36.80%	722.96

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			VALOR (R\$)
A	Transporte	-	0.00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	-	181.64
C	benefício social familiar	-	15.00
D	Auxílio Saúde	-	128.35
E	Seguro de vida	-	0.79
F	Outros	-	0.00
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			325.78

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	200.40
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	722.96
2.3	Benefícios Mensais e Diários	325.78
TOTAL DO MÓDULO 2		1249.14

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0.46%	11.26
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0.04%	0.72
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3.47%	68.17
D	Aviso Prévio Trabalhado	1.94%	52.75
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0.71%	11.93
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	0.53%	8.85
TOTAL DO MÓDULO 3		7.15%	153.68

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	8.33%	263.81
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0.82%	25.97
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0.08%	2.53
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0.27%	8.55
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0.07%	2.22
F	Substituto na cobertura de Outras Ausências (Ausência por doença)	1.66%	52.57
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		11.23%	355.65
Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada		%	VALOR (R\$)

BASE 4 R\$ 3,167.01

A	Intervalo para Repouso ou Alimentação	0.00%	0.00
TOTAL SUBMÓDULO 4.2		0.00%	0.00

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		355.65
4.2	Substituto na Intrajornada		0.00
TOTAL DO MÓDULO 4			355.65

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes	-	46.24
B	Materiais e EPIS	-	603.56
C	Equipamentos	-	17.07
D	Outros (especificar	-	0.00
TOTAL DO MÓDULO 5		-	666.87

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	3%	125.68
B	Lucro	6.79%	293.00
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0.65%	32.79
C.2	COFINS	3.0%	151.34
C.3	ISS	5%	252.23
TOTAL DO MÓDULO 6			855.03

a)	Tributos % = To =	8.65%
	100	
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po =	4608.21
c)	Po / (1 - To) = P1 =	5044.56
	Valor dos Tributos = P1 - Po	436.35

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	1764.19
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	1249.14
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	153.68
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	355.65

E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	666.87
	Subtotal (A + B + C + D + E)	4189.53
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	855.03
	PREÇO TOTAL POR EMPREGADO	5044.56

Obs 1: De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração "deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011"

Obs 2: Nas eventuais prorrogações do contrato, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.

Obs 3: os licitantes, quando tributados pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, dever cotar na planilha de custos e formação de preços as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições.

FATOR K 2.8594199

PREÇO MENSAL R\$ 4,918.77
PREÇO GLOBAL R\$ 236,100.96

Categoria profissional: Operador de máquinas

Discriminação dos Serviços		
A	Data de apresentação da proposta	-
B	Município	Currais Novos
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	RN000045/2024
D	Nº de meses de execução contratual	24

Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Recepção	Posto	2

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Operador de máquinas
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	8621-50
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1,538.00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Operador de máquinas
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1/1/2023

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		1538.00
B	Adicional Periculosidade	0.00%	0.00
C	Adicional Insalubridade	20.00%	282.40
D	Adicional Noturno	0.00%	0.00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		0.00
F	Outros (especificar)		0.00
TOTAL DO MÓDULO 1			1820.40

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8.33%	151.63
B	Adicional de Férias	3.03%	55.15
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		11.36%	206.78

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20.00%	405.44
B	Salário Educação	2.50%	50.68
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	3.00%	60.82
D	SESC ou SESI	1.50%	30.41
E	SENAI - SENAC	1.00%	20.27

BASE 2.2 R\$ 2,027.18

F	SEBRAE	0.60%	12.16
G	INCRA	0.20%	4.05
H	FGTS	8.00%	162.17
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36.80%	746.00

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			VALOR (R\$)
A	Transporte	-	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação/leite	-	113.52
C	benefício social familiar	-	0.00
D	Auxílio Saúde/benefício odontológico	-	20.00
E	Seguro de vida	-	0.00
F	Outros	-	0.00
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			133.52

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	206.78
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	746.00
2.3	Benefícios Mensais e Diários	133.52
TOTAL DO MÓDULO 2		1086.30

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0.46%	10.69
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0.04%	0.75
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3.47%	70.34
D	Aviso Prévio Trabalhado	1.94%	50.91
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0.71%	12.46
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	0.53%	9.25
TOTAL DO MÓDULO 3		7.15%	154.38

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	8.33%	254.99
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0.82%	25.10
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0.08%	2.45
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0.27%	8.26
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0.07%	2.14
F	Substituto na cobertura de Outras Ausências (Ausência por doença)	1.66%	50.81
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		11.23%	343.75

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada		%	VALOR (R\$)
---	--	----------	--------------------

BASE 4 R\$ 3,061.08

A	Intervalo para Repouso ou Alimentação	0.00%	0.00
TOTAL SUBMÓDULO 4.2		0.00%	0.00

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		343.75
4.2	Substituto na Intrajornada		0.00
TOTAL DO MÓDULO 4			343.75

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes	-	62.60
B	Materiais e EPIS	-	33.05
C	Equipamentos	-	0.00
D	Outros (especificar	-	0.00
TOTAL DO MÓDULO 5		-	95.64

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	3%	105.01
B	Lucro	6.79%	244.81
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0.65%	27.40
C.2	COFINS	3.0%	126.45
C.3	ISS	5%	210.74
TOTAL DO MÓDULO 6			714.40

a)	Tributos % = To =	8.65%
	100	
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po =	3850.29
c)	Po / (1 - To) = P1 =	4214.87
	Valor dos Tributos = P1 - Po	364.58

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	1820.40
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	1086.30
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	154.38
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	343.75

E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	95.64
	Subtotal (A + B + C + D + E)	3500.47
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	714.40
	PREÇO TOTAL POR EMPREGADO	4214.87

Obs 1: De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração "deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011"

Obs 2: Nas eventuais prorrogações do contrato, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.

Obs 3: os licitantes, quando tributados pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, dever cotar na planilha de custos e formação de preços as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições.

FATOR K 2.31535377

PREÇO MENSAL R\$ 4,918.77
PREÇO GLOBAL R\$ 236,100.96

Categoria profissional: Auxiliar de Cozinha

Discriminação dos Serviços		
A	Data de apresentação da proposta	-
B	Município	Currais Novos
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	RN000083/2024
D	Nº de meses de execução contratual	24

Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Recepção	Posto	2

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Auxiliar de cozinha
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5135-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1,470.16
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Auxiliar de cozinha
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1/1/2023

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		1470.16
B	Adicional Periculosidade	0.00%	0.00
C	Adicional Insalubridade	0.00%	0.00
D	Adicional Noturno	0.00%	0.00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		0.00
F	Outros (especificar)		0.00
TOTAL DO MÓDULO 1			1470.16

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8.33%	122.46
B	Adicional de Férias	3.03%	44.54
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		11.36%	167.00

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20.00%	327.43
B	Salário Educação	2.50%	40.93
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	3.00%	49.11
D	SESC ou SESI	1.50%	24.56
E	SENAI - SENAC	1.00%	16.37

BASE 2.2 R\$ 1,637.16

F	SEBRAE	0.60%	9.82
G	INCRA	0.20%	3.27
H	FGTS	8.00%	130.97
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36.80%	602.47

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			VALOR (R\$)
A	Transporte		
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	-	181.64
C	benefício social familiar	-	15.00
D	Auxílio Saúde	-	128.35
E	Seguro de vida	-	0.79
F	Outros	-	0.00
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			325.78

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	167.00
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	602.47
2.3	Benefícios Mensais e Diários	325.78
TOTAL DO MÓDULO 2		1095.25

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0.46%	9.63
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0.04%	0.60
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3.47%	56.81
D	Aviso Prévio Trabalhado	1.94%	49.77
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0.71%	11.69
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	0.53%	8.68
TOTAL DO MÓDULO 3		7.15%	137.17

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	8.33%	225.12
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0.82%	22.16
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0.08%	2.16
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0.27%	7.30
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0.07%	1.89
F	Substituto na cobertura de Outras Ausências (Ausência por doença)	1.66%	44.86
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		11.23%	303.49

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada		%	VALOR (R\$)
---	--	----------	--------------------

BASE 4 R\$ 2,702.58

A	Intervalo para Repouso ou Alimentação	0.00%	0.00
TOTAL SUBMÓDULO 4.2		0.00%	0.00

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		303.49
4.2	Substituto na Intrajornada		0.00
TOTAL DO MÓDULO 4			303.49

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes	-	63.35
B	Materiais e EPIS	-	635.94
C	Equipamentos	-	
D	Outros (especificar	-	0.00
TOTAL DO MÓDULO 5		-	699.29

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	3%	111.16
B	Lucro	6.79%	259.14
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0.65%	29.00
C.2	COFINS	3.0%	133.85
C.3	ISS	5%	223.08
TOTAL DO MÓDULO 6			756.22

a)	Tributos % = To = 8.65%	
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po = 4075.66	
c)	Po / (1 - To) = P1 = 4461.58	
	Valor dos Tributos = P1 - Po 385.92	

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	1470.16
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	1095.25
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	137.17
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	303.49

E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	699.29
	Subtotal (A + B + C + D + E)	3705.36
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	756.22
	PREÇO TOTAL POR EMPREGADO	4461.58

Obs 1: De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração "deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011"

Obs 2: Nas eventuais prorrogações do contrato, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.

Obs 3: os licitantes, quando tributados pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, dever cotar na planilha de custos e formação de preços as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições.

FATOR K 3.03475812

PREÇO MENSAL R\$ 4,918.77
PREÇO GLOBAL R\$ 236,100.96

Categoria profissional: Cozinheiro

Discriminação dos Serviços		
A	Data de apresentação da proposta	-
B	Município	Currais Novos
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	RN000083/2024
D	Nº de meses de execução contratual	24

Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Recepção	Posto	2

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	limpeza
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5143-20
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 2,184.27
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Servente de limpeza
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1/1/2024

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		2184.27
B	Adicional Periculosidade	0.00%	0.00
C	Adicional Insalubridade	0.00%	0.00
D	Adicional Noturno	0.00%	0.00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		0.00
F	Outros (especificar)		0.00
TOTAL DO MÓDULO 1			2184.27

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8.33%	181.94
B	Adicional de Férias	3.03%	66.18
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		11.36%	248.12

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20.00%	486.48
B	Salário Educação	2.50%	60.81
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	3.00%	72.97
D	SESC ou SESI	1.50%	36.49
E	SENAI - SENAC	1.00%	24.32

BASE 2.2 R\$ 2,432.39

F	SEBRAE	0.60%	14.59
G	INCRA	0.20%	4.86
H	FGTS	8.00%	194.59
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36.80%	895.11

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			VALOR (R\$)
A	Transporte		
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	-	0.00
C	benefício social familiar	-	15.00
D	Auxílio Saúde	-	128.35
E	Seguro de vida	-	0.79
F	Outros	-	0.00
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			144.14

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	248.12
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	895.11
2.3	Benefícios Mensais e Diários	144.14
TOTAL DO MÓDULO 2		1287.37

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0.46%	12.75
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0.04%	0.90
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3.47%	84.40
D	Aviso Prévio Trabalhado	1.94%	67.35
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0.71%	17.37
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	0.53%	12.89
TOTAL DO MÓDULO 3		7.15%	195.65

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	8.33%	305.49
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0.82%	30.07
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0.08%	2.93
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0.27%	9.90
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0.07%	2.57
F	Substituto na cobertura de Outras Ausências (Ausência por doença)	1.66%	60.88
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		11.23%	411.83

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada		%	VALOR (R\$)
---	--	----------	--------------------

BASE 4 R\$ 3,667.29

A	Intervalo para Repouso ou Alimentação	0.00%	0.00
TOTAL SUBMÓDULO 4.2		0.00%	0.00

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		411.83
4.2	Substituto na Intrajornada		0.00
TOTAL DO MÓDULO 4			411.83

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes	-	63.35
B	Materiais e EPIS	-	
C	Equipamentos	-	
D	Outros (especificar)	-	0.00
TOTAL DO MÓDULO 5		-	63.35

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	3%	124.27
B	Lucro	6.79%	289.71
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0.65%	32.42
C.2	COFINS	3.0%	149.64
C.3	ISS	5%	249.40
TOTAL DO MÓDULO 6			845.43

a)	Tributos % = To = 8.65%	
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po = 4556.45	
c)	Po / (1 - To) = P1 = 4987.90	
	Valor dos Tributos = P1 - Po 431.45	

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	2184.27
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS	1287.37
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	195.65
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	411.83

E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	63.35
	Subtotal (A + B + C + D + E)	4142.47
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	845.43
	PREÇO TOTAL POR EMPREGADO	4987.90

Obs 1: De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração "deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011"

Obs 2: Nas eventuais prorrogações do contrato, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.

Obs 3: os licitantes, quando tributados pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, dever cotar na planilha de custos e formação de preços as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições.

FATOR K 2.28355469

PREÇO MENSAL R\$ 4,918.77
PREÇO GLOBAL R\$ 236,100.96

ELETRICISTA

ITEM	MATERIAL	UNID	PERÍODO	QUANTIDADE/ PERÍODO	QUANTIDADE/A NUAL	PREÇO MÉDIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)/ANUAL	MARCA DE REFERÊNCIA
				CN	CN		CN	
1	Alicate de bico 1/2 Cana 6", com cabo isolado para 1000V	UND	Anual	1	1	41.35	41.35	Gedore
2	Alicate de corte diagonal 6", com cabo isolado para 1000V	UND	Anual	1	1	65.47	65.47	Gedore
3	Alicate de Prensa terminal de 1 a 10mm	UND	Anual	1	1	37.30	37.30	BOVENAU-APT10
4	Chave teste néon com haste isolada, tensão de teste até 500V	UND	Anual	1	1	3.96	3.96	STANLEY
5	Capacete p/ eletricista com abas nas laterias	UND	Anual	1	1	58.81	58.81	
6	Detector de fases	UND	Anual	1	1	74.25	74.25	
7	Capuz ou bataclava para proteção do crânio e pescoço, contra risco de origem térmica, calor e chama.	UND	Anual	1	1	25.04	25.04	
8	Cinto de Segurança para Eletricista Padrão	UND	Anual	1	1	56.00	56.00	
9	Cinto de Segurança para Eletricista Dielétrico	UND	Anual	1	1	124.04	124.04	hércules
10	Jogo de Brocas para Concreto, com 8 peças nos tamanhos 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10mm.	UND	Anual	1	1	52.07	52.07	bosch
11	Jogo de chaves de fenda simples e cruzada isoladas 1000V. Fenda: 1/8" x 4 ; 3/16" x 4" ; 1/4" x 6"- Phillips: 1/8"x 2.3/8" PHO - 3/16" x 3" PH1 - 1/4" x 6" PH2	UND	Anual	1	1	50.38	50.38	Gedore
12	Jogo de Serra Copo 22 a 64mm com 9 Peças para Eletricista	UND	Anual	1	1	175.95	175.95	bosch
13	Martelo tipo unha 34mm	UND	Anual	1	1	52.18	52.18	Tramontina
14	Óculos de proteção transparente para eletricista	UND	Anual	1	1	24.58	24.58	3M
15	Par de Luvas Cobertura para Eletricista	UND	Anual	1	1	11.62	11.62	
16	Par de luvas para eletricistas de 5 KVA de isolamento		Anual	1	1	501.66	501.66	orion
17	Uniforme (camisa e calça) eletricista risco 1 e 2	UND	Anual	1	1	672.660	672.66	
18	Calçado para eletricista dielétrico	UND	Anual	1	1	54.29	54.29	Bracol
TOTAL							1,354.66	
CUSTO MENSAL							112.89	

PEDREIRO

ITEM	MATERIAL	UNID	PERÍODO	QUANTIDADE/ PERÍODO	QUANTIDADE/A NUAL	PREÇO MÉDIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)/ANUAL	MARCA DE REFERÊNCIA
				CN	CN		CN	
1	Alavanca de ferro redondo e liso, dimensão 1 x 1,80m. - Ferro SAE 1045.	UND	Anual	2	2	37.26	74.52	
2	Broxa Madeira Retangular 165x58mm Fio 60mm	UND	Anual	2	2	5.32	10.64	
3	Capacete de proteção	UND	Anual	2	2	17.65	35.30	
4	Colher de pedreiro 07"	UND	Anual	2	2	17.03	34.06	tramontina
5	Colher de Pedreiro 9"	UND	Anual	2	2	20.41	40.82	tramontina
6	Cortador de Pisos e Azuleijos 750mm	UND	Anual	2	2	327.49	654.98	Tramontina
7	Desempenadeira de Madeira nº12, 240x120mm	UND	Anual	2	2	15.35	30.70	
8	Desempenadeira Metálica com dentes	UND	Anual	2	2	13.20	26.40	Tramontina
9	Enxada canavieira goivada com cabo, forjada em aço carbono especial, Temperada em todo o corpo da peça, lâmina feita em máquina de desbaste automatizadas, COM pintura eletrostática a pó, cabo em. Tamanho do cabo: 150cm	UND	Anual	2	2	49.62	99.24	Tramontina
10	Esquadro Aço Carbono 30 cm com Cabo Plástico	und	Anual	2	2	33.64	67.28	Tramontina
11	Linha Para Pedreiro 0,80MM X 100M	UND	Anual	2	2	9.66	19.32	Vonder
12	Mangueira de nível 20m	rolo	Anual	2	2	79.99	159.98	
13	Marreta oitavada 0,5 kg com cabo de madeira	UND	Anual	2	2	35.65	71.30	Tramontina
14	Marreta Oitavada de 1 Kg com Cabo de Madeira	UND	Anual	2	2	28.57	57.14	Tramontina
15	Martelo de Borracha 450g, para montagem de pisos	UND		2	2	34.37	68.74	Tramontina
16	Martelo tipo unha 34mm	UND	Anual	2	2	59.53	119.06	Tramontina
17	Óculos de segurança com proteção lateral acoplada.	UND	Anual	2	2	29.87	59.74	
18	Pá de bico com cabo. Comprimento: 97 cm Largura: 26 cm	und	Anual	2	2	36.76	73.52	Tramontina
19	Peneira para chapisco de aço, 55 cm de diametro	UND	Anual	2	2	34.52	69.04	
20	Picareta Estreita 4 Libras Cabo 90cm com olho de 70x45mm	UND	Anual	2	2	75.05	150.10	Tramontina
21	Picareta Pá Larga e Machadinho - Chibanca com cabo de madeira resistente com 90 cm. Produzidas em aço carbono de alta qualidade, temperado. Pintura eletrostática a pó.	UND	Anual	2	2	82.11	164.22	Tramontina
22	Prumo de Aço 750gr	UND	Anual	2	2	30.07	60.14	Tramontina

23	Regua Alumínio para Pedreiro 2 metros	UND	Anual	2	2	43.64	87.28	Vonder
24	Talhadeira Sextavada com Protetor de 18mm x 12"	UND	Anual	2	2	15.92	31.84	
25	Torquês Armador de 12 Pol.	UND	Anual	2	2	26.20	52.40	Tramontina
26	Trena 7,5 m com Freio Duplo	UND	Anual	2	2	21.53	43.06	Tramontina
27	Calçado de segurança (couro)		Anual	2	2	54.29	108.58	
28	Chapeu Arabe	UND	Anual	2	2	23.69	47.38	
29	Luva tricotada com pig	UND	Anual	24	24	4.44	106.56	
						TOTAL	2,623.34	
						CUSTO MENS.	109.31	

auxiliar de pedreiro

ITEM	MATERIAL	UNID	PERÍODO	QUANTIDADE/ PERÍODO	QUANTIDADE/A NUAL	PREÇO MÉDIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)/ANUAL	MARCA DE REFERÊNCIA
				CN	CN		CN	
1	Calçado de segurança (couro)		Anual	2	2	54.29	R\$ 108.58	
2	Chapeu Arabe	UND	Anual	2	2	23.69	R\$ 47.38	
3	Luva tricotada com pig	UND	Anual	24	24	4.44	R\$ 106.56	
	Óculos de segurança com proteção lateral acoplada.	UND	Anual	2	2	29.87	R\$ 59.74	
	Capacete de proteção	UND	Anual	2	2	17.65	R\$ 35.30	
	Luva látex amarela com forro em algodão, punho com virola, comprimento 32 cm. - Par	PAR	Semestral	6	12	3.89	R\$ 46.68	
							R\$ 404.24	
							R\$ 16.84	

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO GERAL

ITEM	MATERIAL	UNID	PERÍODO	QUANTIDADE/ PERÍODO	QUANTIDADE/A NUAL	PREÇO MÉDIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)/ANUAL	MARCA DE REFERÊNCIA
				CN	CN		CN	
1	Ancinho curvo com 16 dentes - marca de ref.: Tramontina (ciscador) com cabo	UND	Anual	2	2	21.48	42.96	
2	Carretel de fio de nylon para o cortador de grama (Fio de nylon 3,0 mm vermelho quadrado bobina com 2 Kg)	CARRETE L	Semestral	3	6	43.86	263.16	
3	Enxada canavieira goivada com cabo, forjada em aço carbono especial, Temperada em todo o corpo da peça, lâmina feita em máquina de desbaste automatizadas, COM pintura eletrostática a pó, cabo em. Tamanho do cabo: 150cm	UND	Anual	2	2	50.64	101.28	

4	Escardilho com 5 dentes e Cabo de Madeira	UND	Anual	3	3	23.69	71.07	
5	Garfo para Afofar Terra com Cabo de Madeira	UND	Anual	2	2	29.70	59.40	
6	Lâmina para a Roçadeira DE 3 PONTAS 255 MM X 20 MM X 2,9 MM	UND	Trimestral	1	4	43.38	173.52	
7	Machado Lenhador fabricado em aço forjado e temperado e tem cabo de madeira de 1 metro. Cabo em madeira. Lâmina em aço SAE 1045. Tamanho do cabo: 100 cm. Tamanho Machado (LxA): 20,3 x 14,2 cm. Olho: 3 x 6 cm. Peso: 2,5 kg	UND	Anual	1	1	69.69	69.69	
8	Óculos de proteção	UND.	Trimestral	3	12	14.89	178.68	
9	Pazinha larga profissional para jardim	UND	Anual	1	1	-	0.00	
10	Protetor Auditivo Copolímero com 3 flanges	UND.	Mensal	1	12	2.61	31.32	
11	Protetor Auditivo tipo Concha	UND.	Semestral	1	2	26.23	52.46	
12	Jogo para jardinagem com cabo de madeira, três peças: pá, ancinho para remoção de detritos e ancinho para afofar e revolver a terra.	UND	Anual	1	1	23.69	0.00	
13	Serrote de poda 12" com cabo de madeira	UND	Anual	1	1	24.34	24.34	
14	Tesoura de poda cabo de madeira comprido 43 cm	UND	Anual	1	1	59.46	59.46	
15	Avental de raspa	UND	Anual	2	1	43.83	43.83	
16	Chapéu Arabe	UND	Anual	2	1	24.29	24.29	
16	Protetor facial (face shield)	UND	Anual	4	2	16.35	32.70	
17	Calçado de segurança (couro)	UND	Anual	2	1	54.29	54.29	
19	Calçado de segurança (borracha)	UND	Anual	2	1	53.59	53.59	
18	Perneira	UND	Anual	1	1	90.75	90.75	
19	Luvas vaquetas com punho	UND	Anual	4	4	28.5	114.00	
20	Mascara de proteção respiratória PFF1	UND	Anual	3	36	2.48	89.28	
21	Protetor Solar	UND	MENSAL	1	12	28.47	341.64	
22	Capacete de proteção	UND	Anual	2	2	13.30	26.60	
1	Cabo tipo telescópio em alumínio, tamanho 6 metros, como manopla	UND	Anual	1	1	115.00	115.00	Sodramar
2	CLARIFICANTE – Destinando a decantação de matérias mais finas. Composição: 30% de tricloreto de alumínio, ácido clorídrico 1,5% e ingredientes inertes 68,5%. Dosagem: 3 a 6 ml/m³. Validade mínima de 01 ano.	Litro	Mensal	16	192	22.70	4,358.40	HTH

3	CLORO GRANULADO - aspecto físico pó branco granulado, odor de cloro, fórmula química: CaCl_2O_2 anidro, peso molecular 142,98, teor de pureza mínima de 98, teor mínimo de cloro 65 %, número de referência química CAS 7778- 54-3 (cloro ativo, linha profissional). Indicado para: eliminar micro-organismos presentes na água da piscina, oxidar matérias orgânicas e dos metais nela dissolvidos. Inibir odores desagradáveis e prevenir a transmissão de doenças infecciosas. Dosagem: 4 g/m³. Validade mínima de 01 ano.	Balde 10kg	Mensal	2	24	156.20	3,748.80	HTH
4	Escova tipo esfregão, para piscina, tamanho mínimo 30 cm	UND	Anual	4	4	41.54	166.16	Sodramar
5	Luvas PNC p/ produtos químicos	PAR	Anual	10	10	7.37	73.70	
6	Mangueira flutuante para piscina, 1.1/2" 20 metros	Metro	Anual	1	1	233.6	233.6	
7	Peneira para piscina, tamanho mínimo 40 cm	UND	Anual	2	2	32.05	64.10	Sodramar
8	Respirador semifacial descartável dobrável, para partículas PFF2, soldada ultrassônica em todo seu perímetro com tirantes elásticos. Possui uma tira de material metálico utilizada para ajuste no septo nasal com válvula de exalação. Na cor Azul.	UND	Anual	12	12	2.73	32.76	
9	Cloro em pastilha, saco com 200g	UND	MENSAL	16	192	33.45	6,422.40	
10	Algicida de manutenção, frasco 1l	UND	MENSAL	16	192	45.43	8,722.56	
11	Protetor Solar	UND	MENSAL	1	12	28.47	341.64	
12	Óculos de proteção	UND.	Trimestral	1	4	6.81	27.24	
13	Respirador semifacial com filtros químicos para cloro	UND	Anual	1	1	3.1	3.10	3 M
14	Filtro químico para respirador semifacial	und	Anual	6	6	29.17	175.02	3M
	Barrilha Barrilha pacote de 1kg		mensal	5	60	12.32	739.20	
10	Luva látex amarela com forro em algodão, punho com virola, comprimento 32 cm. - Par	PAR	Semestral	6	12	3.89	46.68	
12	Óculos de proteção	UND.	Trimestral	1	4	10.87	43.48	
13	Protetor Auditivo Copolímero com 3 flanges	UND.	Mensal	10	120	2.61	313.20	
14	Protetor Auditivo tipo Concha	UND.	Semestral	1	2	34.77	69.54	3 M
14	Colete refletivo	UND.	Anual	1	1	25.18	25.18	
15	Calçado de segurança (couro)		Anual	2	1	54.29	54.29	
16	Capacete de Segurança	UND	Anual	1	1	13.10	13.10	3 M

17	Mascara de proteção respiratória PFF1	UND	Anual	3	36	2.73	98.28	
18	Chapeu Arabe	UND	Anual	2	1	24.11	24.11	
19	Protetor Solar	UND	MENSAL	1	12	28.47	341.64	
	Carcça para filtro de bebedouto 5 polegada branco rosca 3/4		Anual	10	10	35.00	350.00	
	Filtro universal para bebedouro 5 polegadas			10	10	36.96	369.60	
TOTAL							28,971.09	
CUSTO MENS.							603.56	

OPERADOR DE MÁQUINAS

ITEM	MATERIAL	UNID	PERÍODO	QUANTIDADE/ PERÍODO	QUANTIDADE/A NUAL	PREÇO MÉDIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)/ANUAL	MARCA DE REFERÊNCIA
				CN	CN		CN	
1	Luva látex amarela com forro em algodão, punho com virola, comprimento 32 cm. - Par	PAR	Semestral	6	12	R\$ 4.26	51.12	
2	Óculos de proteção	UND.	Trimestral	1	4	R\$ 17.76	71.04	
3	Protetor Auditivo tipo Concha	UND.	Semestral	1	2	R\$ 27.15	54.30	
4	Protetor Auditivo Copolímero com 3 flanges	UND.	Mensal	2	24	R\$ 2.61	62.64	
5	Calçado de segurança (couro)	Par	Anual	2	1	R\$ 54.29	54.29	
6	Luva tricotada com pig	UND	Anual	3	24	R\$ 4.30	103.20	
TOTAL							396.59	
CUSTO MENS.							33.05	

AUXILIAR DE COZNHA

ITEM	MATERIAL	UNID	PERÍODO	QUANTIDADE/ PERÍODO	QUANTIDADE/A NUAL	PREÇO MÉDIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)/ANUAL	MARCA DE REFERÊNCIA	OBSERVAÇÃO
				CN	CN		CN		
1	AÇÚCAR CRISTAL GRANULADO, de grãos uniformes e transparentes EM PACOTE CONTENDO 1,0KG, COM VALIDADE MÍNIMA DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UND	Trimestral	250	1000	4.39	4,390.00	Estrela	
2	AVENTAL, MATERIAL 100% ALGODÃO METALIZADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TÉRMICO, IMPERMEÁVEL, TIRAS E ALÇAS DE AJUSTE, APLICAÇÃO COZINHA INDUSTRIAL, TAMANHO G.	UND	Semestral	2	4	23.26	93.04		

[illegible]

CUSTO MENS	635.94
------------	--------

ELETRICISTA

					QUANTIDADE/P ERÍODO	QUANTIDADE/ ANUAL		VALOR TOTAL (R\$)/ANUAL
SERVIÇO	ITEM	MATERIAL	UNID	PERÍODO	CN	CN	PREÇO MÉDIO (R\$)	CN
UNIFORMES	1	Calça comprida, brim, tipo jeans	2	semestral	2	4	66.73	R\$ 266.92
UNIFORMES	2	Camisa de malha manga longa, 100% algodão	2	semestral	2	4	78.67	R\$ 314.68
UNIFORMES	3	Meia de algodão	1 (par)	semestral	1	2	8.99	R\$ 17.98
							TOTAL	R\$ 599.58
							Custo mensal	R\$ 49.97

PEDREIRO

					QUANTIDADE/P ERÍODO	QUANTIDADE/ ANUAL		VALOR TOTAL (R\$)/ANUAL	
SERVIÇO	ITEM	MATERIAL	UNID	PERÍODO	CN	CN	PREÇO MÉDIO (R\$)	CN	MARCA DE REFERÊNCIA
UNIFORMES/ SERVENTE	1	Calça comprida, Brim, tipo jeans	2	semestral	4	8	R\$ 66.73	R\$ 533.84	
UNIFORMES/ SERVENTE	2	Camisa de malha manga longa, 100% algodão	2	semestral	4	8	R\$ 63.00	R\$ 504.00	
UNIFORMES/ SERVENTE	3	Meia de algodão	1 (par)	semestral	2	4	R\$ 8.99	R\$ 35.96	
							TOTAL	R\$ 1,073.80	
							Custo mensal	R\$ 44.74	

AUXILIAR DE PEDREIRO

					QUANTIDADE/P ERÍODO	QUANTIDADE/ ANUAL		VALOR TOTAL (R\$)/ANUAL	
SERVIÇO	ITEM	MATERIAL	UNID	PERÍODO	CN	CN	PREÇO MÉDIO (R\$)	CN	MARCA DE REFERÊNCIA
UNIFORMES/ SERVENTE	1	Calça comprida, Brim, tipo jeans	2	semestral	4	8	R\$ 66.73	R\$ 533.84	
UNIFORMES/ SERVENTE	2	Camisa de malha manga longa, 100% algodão	2	semestral	4	8	R\$ 63.00	R\$ 504.00	

UNIFORMES/ SERVENTE	3	Meia de algodão	1 (par)	semestral	2	4	R\$ 8.99	R\$ 35.96	
TOTAL								R\$ 1,073.80	
Custo mensal								R\$ 44.74	

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO GERAL									
					QUANTIDADE/P ERÍODO	QUANTIDADE/ ANUAL		VALOR TOTAL (R\$)/ANUAL	
SERVIÇO	ITEM	MATERIAL	UNID	PERÍODO	CN	CN	PREÇO MÉDIO (R\$)	CN	MARCA DE REFERÊNCIA
UNIFORME	1	Calça comprida de brim, tipo jeans	2	SEMENTRAL	8	16	66.73	1067.68	
UNIFORME	2	Camisa de malha manga longa, 100% algodão	2		8	16	63	1008	
UNIFORME	4	Meia de algodão	2		8	16	8.99	143.84	
total								2219.52	
custo mensal								46.24	

OPERADOR DE MÁQUINAS								
					QUANTIDADE/P ERÍODO	QUANTIDADE/ ANUAL		VALOR TOTAL (R\$)/ANUAL
SERVIÇO	ITEM	MATERIAL	UNID	PERÍODO	CN	CN	PREÇO MÉDIO (R\$)	CN
UNIFORMES	1	Calça comprida brim, tipo jeans	2		2	4	66.73	266.92
UNIFORMES	2	Camisa de malha manga longa, 100% algodão	2		2	4	63	252
UNIFORMES	3	Meia de algodão	1 (par)		1	2	8.67	17.34
UNIFORMES	4	Bota em PVC cano longo na cor branca, indicada para utilização em indústria de alimentos.	2		2	4	53.72	214.88
total								751.14
custo mensal								62.60

auxiliar de cozinha					QUANTIDADE/P ERÍODO	QUANTIDADE/ ANUAL		VALOR TOTAL (R\$)/ANUAL	
SERVIÇO	ITEM	MATERIAL	UNID	PERÍODO	CN	CN	PREÇO MÉDIO (R\$)	CN	MARCA DE REFERÊNCIA

UNIFORME/AUXILIAR DE COZINHA	1	Calça comprida Oxford na cor preta	UNID	semestral	6	12	49.67	596.04	
UNIFORME/AUXILIAR DE COZINHA	2	Camisa em tricoline, na cor branca	UNID	semestral	6	12	70.6	847.2	
UNIFORME/AUXILIAR DE COZINHA	3	Calçado de segurança (babuche)	UNID	semestral	6	12	60.8	729.6	
UNIFORME/AUXILIAR DE COZINHA	4	Meia de algodão	UNID	semestral	6	12	8.99	107.88	
							total	2280.72	
							Custo mensal	63.35	

COZINHEIRA

					QUANTIDADE/P ERÍODO	QUANTIDADE/ ANUAL		VALOR TOTAL (R\$)/ANUAL	
SERVIÇO	ITEM	MATERIAL	UNID	PERÍODO	CN	CN	PREÇO MÉDIO (R\$)	CN	MARCA DE REFERÊNCIA
UNIFORME/CC	1	Calça comprida Oxford na cor preta	2	semestral	2	4	49.67	198.68	
UNIFORME/CC	2	Camisa em tricoline, na cor branca	2	semestral	2	4	70.6	282.4	
UNIFORME/CC	3	Calçado de segurança (babuche)	2	semestral	2	4	60.8	243.2	
UNIFORME/CC	4	Meia de algodão	2 (par)	semestral	2	4	8.99	35.96	
							Total	760.24	
							Custo mensal	63.35	

ARMAZENISTA

					QUANTIDADE/P ERÍODO	QUANTIDADE/ ANUAL		VALOR TOTAL (R\$)/ANUAL	
SERVIÇO	ITEM	MATERIAL	UNID	PERÍODO	CN	CN	PREÇO MÉDIO (R\$)	CN	MARCA DE REFERÊNCIA
UNIFORME	1	Calça comprida Oxford na cor preta	2	semestral	4	8	49.67	397.36	
UNIFORME	2	Camisa em tricoline, na cor branca	2	semestral	4	8	70.6	564.8	
UNIFORME	3	Sapato social preto	2	semestral	4	8	95.42	763.36	
UNIFORME	4	Meia de algodão	2 (par)	semestral	4	8	8.99	71.92	
							Total	R\$ 1,797.44	
							Custo mensal	R\$ 74.89	

Porteiro

					QUANTIDADE/P ERÍODO	QUANTIDADE/ ANUAL		VALOR TOTAL (R\$)/ANUAL	
SERVIÇO	ITEM	MATERIAL	UNID	PERÍODO	CN	CN	PREÇO MÉDIO (R\$)	CN	MARCA DE REFERÊNCIA
UNIFORME	1	Calça comprida Oxford na cor preta	2	semestral	6	12	49.67	596.04	
UNIFORME	2	Camisa em tricoline, na cor branca	2	semestral	6	12	70.6	847.2	
UNIFORME	3	Sapato social preto	2	semestral	6	12	95.42	1145.04	
UNIFORME	4	Meia de algodão	2 (par)	semestral	6	12	8.99	107.88	
								TOTAL	2696.16
								CUSTO MENS	74.89

Equipamentos (sob demanda)

							#REF!	#REF!
Item	Tipo	Serviço	Descrição detalhada	Marca(s)	Unid. de fornecimento	Valor unit. (R\$)	quant	Valor Total
1	Equipamentos	Auxiliar de manutenção geral	Cortador de Grama á Gasolina - 6 HP - Com recolhedor (REGIME DE COMODATO)	-	UND	2,231.42	1	2,231.42
2	Equipamentos	Auxiliar de manutenção geral	Cortador de Grama com fio de nylon com potência mínima do motor de 1000 w - 220V (REGIME DE COMODATO)	-	UND	221.59	1	221.59
3	Equipamentos	Auxiliar de manutenção geral	Roçadeira lateral a gasolina 2.17 hp 52 cilindradas 2 tempos - RN52L - Nagano (REGIME DE COMODATO)	-	UND	750.66	1	750.66
4	Equipamentos	Auxiliar de manutenção geral	Engraxadeira de 5kg, com mangueira de 1,30 m (REGIME DE COMODATO)	-	UND	224.38	1	224.38
5	Equipamentos	Auxiliar de manutenção geral	Compressor de pintura portátil	-	UND	1,693.28	1	1,693.28
Valor total dos Equipamentos (sob demanda) (R\$)								5,121.33
Depreciação Mensal dos Equipamentos (sob demanda) (R\$)								42.68
Manutenção mensal dos Equipamentos (sob demanda) (R\$) 0,5%								25.61
Total Manutenção + Depreciação Mensal dos Equipamentos (sob demanda) por posto (R\$)								68.28
Custo mensal dos Equipamentos (sob demanda) por posto (R\$)								17.07

OBS: Os equipamentos devem ser cotados a depreciação mensal dos mesmos, considerando a vida útil de 8 anos e o valor residual de 20% para todos os equipamentos a serem utilizados na prestação dos serviços, bem como a aplicação do percentual de 0,5% ao mês a título de manutenção desses equipamentos. Esse percentual de manutenção tem como base de cálculo o valor total dos equipamentos.

Equipamentos (sob demanda)

#REF! #REF!

Item	Tipo	Serviço	Descrição detalhada	Marca(s)	Unid. de fornecimento	Valor unit. (R\$)	quant	Valor Total
1	Equipamentos	Eletricista	Alicate amperímetro com Megômetro CAT II 1000V. (REGIME DE COMODATO)	-	UND	134.40	1	134.40
2	Equipamentos	Eletricista	Escada de Alumínio Multifuncional 4x4 com 16 Degraus e 2 Plataformas 8 em 1 (REGIME DE COMODATO)	-	UND	554.65	1	554.65
3	Equipamentos	Eletricista	Escada Extensiva com Degraus tipo D e Fibra Vazada 3,60 x 6,00 Metros (REGIME DE COMODATO)	-	UND	1,233.70	1	1,233.70
4	Equipamentos	Eletricista	Furadeira/Parafusadeira à Bateria com 2 Baterias e Maleta para Transporte - 12V - 220V. (REGIME DE COMODATO)	-	UND	227.09	1	227.09
Valor total dos Equipamentos (sob demanda) (R\$)								2,149.84
Depreciação Mensal dos Equipamentos (sob demanda) (R\$)								17.92
Manutenção mensal dos Equipamentos (sob demanda) (R\$) 0,5%								10.75
Total Manutenção + Depreciação Mensal dos Equipamentos (sob demanda) por posto (R\$)								28.66
Custo mensal dos Equipamentos (sob demanda) por posto (R\$)								28.66

OBS: Os equipamentos devem ser cotados a depreciação mensal dos mesmos, considerando a vida útil de 8 anos e o valor residual de 20% para todos os equipamentos a serem utilizados na prestação dos serviços, bem como a aplicação do percentual de 0,5% ao mês a título de manutenção desses equipamentos. Esse percentual de manutenção tem como base de cálculo o valor total dos equipamentos.

Equipamentos (sob demanda)

							#REF!	#REF!
Item	Tipo	Serviço	Descrição detalhada	Marca(s)	Unid. de fornecimento	Valor unit. (R\$)	quant	Valor Total
1	Equipamentos	Pedreiro	Furadeira de Impacto 700W 1/2", Profissional com Soft Grip, Limitador e Maleta (REGIME DE COMODATO)	-	UND	357.25	2	714.50

2	Equipamentos	Pedreiro	Martelete Perfurador / Rompedor Profissional - 220V 800W (REGIME DE COMODATO)	-	UND	662.57	1	662.57
3	Equipamentos	Pedreiro	Serra Mármore Mod. 4100NH3Z 110mm - 220V. (REGIME DE COMODATO)	-	UND	354.41	2	708.82
Valor total dos Equipamentos (sob demanda) (R\$)								2,085.89
Depreciação Mensal dos Equipamentos (sob demanda) (R\$)								17.38
Manutenção mensal dos Equipamentos (sob demanda) (R\$) 0,5%								10.43
Total Manutenção + Depreciação Mensal dos Equipamentos (sob demanda) por posto (R\$)								27.81
Custo mensal dos Equipamentos (sob demanda) por posto (R\$)								13.91

OBS: Os equipamentos devem ser cotados a depreciação mensal dos mesmos, considerando a vida útil de 8 anos e o valor residual de 20% para todos os equipamentos a serem utilizados na prestação dos serviços, bem como a aplicação do percentual de 0,5% ao mês a título de manutenção desses equipamentos. Esse percentual de manutenção tem como base de cálculo o valor total dos equipamentos.

Documento Digitalizado Público

TERMO DE REFERÊNCIA

Assunto: TERMO DE REFERÊNCIA
Assinado por: Sheila Pessoa
Tipo do Documento: Termo de Referência
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original e Cópia

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Sheila Onailina Goncalves de Lima Pessoa, TEC EM SEGURANCA DO TRABALHO**, em 19/03/2024 12:44:41.

Este documento foi armazenado no SUAP em 19/03/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1744257
Código de Autenticação: 849b7cf280





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
CAMPUS CURRAIS NOVOS
Coordenação de Serviços Gerais e Manutenção

TR 6/2024 - COSGEM/DIAD/DG/CN/RE/IFRN

19 de março de 2024

TERMO DE APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 23035.000074.2024-20

TR 04/2024

OBJETO: Contratação de serviços continuados de manutenção predial e copa e cozinha para atender as necessidades do IFRN Campus Currais Novos do IFRN *Campus* Currais Novos.

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

(assinado digitalmente)
Sheila Onailina Gonçalves de Lima Pessoa
Matrícula SIAPE nº 1254533
Membro Requisitante

(assinado digitalmente)
José Jeckson Félix Currais Novos
Matrícula SIAPE nº 1897586
Membro Técnico

(assinado digitalmente)
Lidiane Aparecida da Silva
Matrícula SIAPE nº 1773791
Membro Técnico

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Aprovo o presente Termo de Referência, considerando que o objeto da contratação está claro e justificado; os requisitos relevantes da contratação foram adequadamente relacionados e analisados; a análise de mercado foi devidamente realizada e demonstrou haver boa capacidade em atender ao objetivo da contratação; o modelo de

prestação de serviços sugerido é apropriado e plenamente compatível com a Instituição, especialmente do ponto de vista legal; os riscos e impactos relevantes foram satisfatoriamente levantados e considerados no planejamento. Portanto, demonstra a viabilidade técnica e econômica da solução identificada, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

19 de março de 2024

(assinado digitalmente)
Andreilson Oliveira da Silva
Matrícula SIAPE nº 1816404
Direção Geral - IFRN Campus Currais Novos

Documento assinado eletronicamente por:

- **Sheila Onailina Goncalves de Lima Pessoa**, **TEC EM SEGURANCA DO TRABALHO**, em 19/03/2024 10:51:17.
- **Jose Jeckson Felix Xavier**, **COORDENADOR(A) - FG0001 - COSGEM/CN**, em 19/03/2024 10:57:15.
- **Lidiane Aparecida da Silva**, **ADMINISTRADOR**, em 19/03/2024 10:59:51.
- **Andreilson Oliveira da Silva**, **DIRETOR(A) GERAL - CD0002 - DG/CN**, em 19/03/2024 11:07:08.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 19/03/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 688063
Código de Autenticação: 3c259b6099

